

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

REGIANE HORNUNG

**CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DO SENAR-PR NA
PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS NO MEIO RURAL**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2021

REGIANE HORNING

**Contribuição do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR na
profissionalização dos jovens no meio rural**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Inovações Sócio-tecnológicas e Ação Extensionista.

Orientadora: Dra. Adriana Maria de Grandi
Coorientadora: Dra. Ana Paula da Silva Leonel

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas daUnioeste.

HH816c HORNUNG, REGIANE
CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DO
SENAR-PR NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS NO MEIO
RURAL / REGIANE HORNUNG; orientadora Dra. Adriana
Maria de Grandi; coorientadora Dra. Ana Paula da
Silva Leonel. -- Marechal Cândido Rondon, 2021.
88 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de
Marechal CÂndido Rondon) -- Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável, 2021.

1. Área rural. 2. Sustentabilidade. 3. Educação
Profissional. 4. Competências. I. de Grandi, Dra.
Adriana Maria , orient. II. Leonel, Dra. Ana Paula
da Silva , coorient. III. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias

Programa de pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

Mestrado e Doutorado

REGIANE HORNING

CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DO SENAR-PR NA PROFISSIONALIZAÇÃO DOS JOVENS NO MEIO RURAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme orientação do Ato Executivo nº 021/2020-GRE, Resolução 052/2020 - CEPE e Portaria Capes nº 36/2020, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista, **APROVADA** pela seguinte banca examinadora:

Orientadora - Adriana Maria De Grandi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon

Ana Paula da Silva Leonel (Co-orientadora)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel

Alvori Ahlert (Membro)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon

Sandra Maria Coltre (Membro)

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu

Marechal Cândido Rondon, 30 de abril de 2021.

Prof. Dr. Wilson João Zonin

Coordenador Especial do PPGDRS

Portaria nº 4178/2020 – GRE

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo seu imenso amor.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a janela pela qual hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

A minha orientadora, Prof^a. Dra Adriana Maria de Grandi, pelo suporte e por suas orientações, correções e incentivos.

A minha coorientadora, Prof^a. Dra Ana Paula da Silva Leonel, pelo auxílio.

Ao meu esposo, Anderson Roberto Bueno, que me incentivou e auxiliou em todo o tempo.

Ao gerente Henrique Salles Gonçalves e à superintendente Débora Grimm, do SENAR-PR, que incentivaram e apoiaram a pesquisa e estudos do tema da dissertação.

Aos Instrutores do Programa AAJ que muito ajudaram na divulgação da pesquisa junto aos egressos, incentivando-os e cobrando a participação para o sucesso deste trabalho.

Aos meus amigos João Carlos Gonçalves e Elenice Parizotto Stremel, que incentivaram todo o tempo a conclusão do trabalho.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

RESUMO

HORNUNG, REGIANE. M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, dezembro 2020. **Contribuição do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR na profissionalização dos jovens no meio rural.** Orientadora: Dra. Adriana Maria de Grandi.

A educação do campo é importante para o desenvolvimento rural sustentável pois faz uma ligação entre a formação humana e a produção. Assim, surge a necessidade de formar profissionais capazes de construir conhecimento que possibilite a resolução das questões mais urgentes no contexto ambiental e produtivo. Desta forma, objetivou-se nesta dissertação avaliar a contribuição do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR na profissionalização dos jovens do meio rural. O trabalho foi estruturado em dois capítulos. No primeiro, que trata da Educação Profissional no Meio Rural, buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, estudar e compreender os aspectos e particularidades da educação profissional no meio rural. O segundo descreve qual a contribuição que o Programa AAJ tem propiciado para o desenvolvimento das competências pessoais e profissionais dos jovens do meio rural. Para tal, foi aplicada uma pesquisa de cunho exploratório, com corte transversal entre os anos 2010 e 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo. O público atingido pela pesquisa foi de 326 jovens. O instrumento de pesquisa foi um questionário com 28 questões. Os dados foram tratados por porcentagem para as perguntas com escala de opção. Para as questões abertas, o tratamento foi por análise de conteúdo, pelo viés qualitativo. Os resultados elucidaram que o programa de aprendizagem do SENAR-PR tem contribuído para a formação profissional dos jovens, porém, que existem alguns gargalos. A empregabilidade dos jovens após o término do programa especificamente na área de formação do curso é baixa, e ainda, algumas empresas oferecem o AAJ apenas para cumprir a legislação. Destaca-se que a metodologia utilizada para aplicação dos conteúdos durante o AAJ, desenvolveu as competências pessoais e profissionais dos jovens com êxito, tanto para os jovens com ou sem vínculo com o meio rural.

Palavras-chave: Área rural, Sustentabilidade, Educação Profissional, Competências.

ABSTRACT

HORNUNG, REGIANE. M. Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, december 2020. **Contribution of SENAR-PR Learning Programs to the professionalization of young people in rural areas.** Advisor: Dra. Adriana Maria de Grandi.

Country education is important for sustainable rural development because it links human formation with production. Therefore, developing young people with the necessary skills for a good quality of life and with professionalization is an option that can contribute to sustainable development in rural areas. Thus, there is a need to train professionals capable of building knowledge that enables the resolution of the most urgent issues in the environmental and productive context. Thus, this dissertation sought to evaluate the contribution of the SENAR-PR Apprenticeship Program in the professionalization of rural youth. The work was structured in two chapters. In the first, which deals with Vocational Education in Rural Areas, a qualitative bibliographic search was made to study and understand the aspects and particularities of vocational education in rural areas. The second describes the contribution that the AAJ Program has made to the development of the personal and professional competences of rural youth. To this end, an exploratory research was applied, with a cross-section between the years 2010 and 2019, without considering the evolution of data over time. The audience reached by the survey was 326 young people. The research instrument was a questionnaire with 28 questions. The data were treated by percentage for the questions with an option scale. For open questions, the treatment was based on content analysis, using a qualitative approach. The results elucidated that the SENAR-PR learning program has contributed to the professional training of young people, however, that there are some bottlenecks. The employability of young people after the end of the program specifically in the area of course training is low and some companies offer the AAJ only to comply with the legislation. It is noteworthy that the methodology used to apply the contents during the AAJ, developed the personal and professional skills.

Keywords: Rural area, Sustainability, Professional Education, Skills.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Distribuição das Regionais de atuação do SENAR/PR. SENAR, 2020.....	54
Quadro 1. População de jovens que concluíram o Programa AAJ no período de 2010 a 2019 e População de jovens participantes da pesquisa no mesmo período.	54
Quadro 2. Porcentagem de indivíduos que participaram da pesquisa distribuídos por ano de conclusão do Programa AAJ.	56
Quadro 3. Porcentagem de indivíduos que participaram da pesquisa distribuídos ocupação.	57
Quadro 4. Vínculo dos jovens participantes da pesquisa com o meio rural.	60
Quadro 5. Contribuição do Programa de Aprendizagem AAJ no desenvolvimento das habilidades pessoais dos participantes.	61
Quadro 6. Contribuição de temas abordados nas aulas do AAJ e sua relação com visão dos jovens sobre eles.	62
Quadro 7. Contribuição do AAJ no desenvolvimento da cidadania dos jovens.....	64
Quadro 8. Contribuição do Programa AAJ para mudanças na vida pessoal e profissional dos jovens.	66
Quadro 9. Contribuição da ocupação do AAJ no desenvolvimento profissional dos jovens.	71
Quadro 10. Atividades desenvolvidas durante o Programa AAJ que mais contribuíram para o aprendizado dos jovens.	71
Quadro 11. Atividades que mais marcaram os jovens no Programa AAJ.	72
Quadro 12. Opinião dos pesquisados quanto ao seu preparo para o mercado de trabalho após a conclusão do AAJ.....	73
Quadro 13. Resumo dos resultados.	73
Quadro 14. Procura de cursos do SENAR PR por área após conclusão do Programa de Aprendizagem.	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAJ - Aprendizagem de Adolescentes e Jovens
ATeG - Assistência Técnica e Gerencial
CEB - Câmara de Educação Básica
CF - Constituição Federal
CHA - Conhecimentos, Habilidades e Atitudes
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA - Estatuto Da Criança e do Adolescente
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPP - Empresas de Pequeno Porte
ESFLS - Entidades sem Fins Lucrativos
FAT- Fundo de Amparo ao trabalhador
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNAP - Fórum Nacional de Aprendizagem;
FMENF - Fórum Mundial de Educação Não Formal
FPR - Educação Profissional Rural
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IDEA - Indicadores de Sustentabilidade das Explorações Agrícolas
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
ME - Microempresas
MTE - Ministério do Trabalho Emprego
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU - Organização das Nações Unidas
OMME - Organização Mundial do Movimento Escoteiro.
PEA - População Economicamente Ativa
PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PNE - Plano Nacional de Educação

PIB - Produto Interno Bruto

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PLANGOR - Plano Nacional de Qualificação Profissional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PS - Promoção Social

REDE FEDERAL - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESI - Serviço Social da Indústria

SESC - Serviço Social do Comércio

SESCOOP - Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo

TCU - Tribunal de Contas da União

TEM - Ministério do Trabalho e Emprego

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	10
CAPÍTULO I	12
2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MEIO RURAL	12
2.1 INTRODUÇÃO	12
2.2 METODOLOGIA.....	13
2.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
2.3.1 Conceito de Educação	13
2.3.2 Educação no Campo	15
2.3.3 Educação e Desenvolvimento Rural Sustentável	17
2.3.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Contribuição para o Meio Rural	22
2.3.5 Histórico do Desenvolvimento da Educação Profissional	24
2.3.6 A Educação Profissional	27
2.3.7 Legislação da Educação Profissional	32
2.3.8 Educação Ambiental na Educação do campo e profissional	32
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
2.5 REFERÊNCIAS.....	39
CAPÍTULO II	45
3 CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DO SENAR/PR NA FORMAÇÃO DE JOVENS	45
3.1 INTRODUÇÃO	45
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	46
3.2.1 O Jovem no Meio Rural	46
3.2.2 O SENAR	47
3.2.2.1 Programa AAJ.....	50
3.3 MATERIAL E MÉTODOS	53
3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	55
3.4.1 Caracterização geral do Público Pesquisado	55
3.4.2 Influência do AAJ nas Competências Pessoais dos Jovens	60
3.4.3 Contribuição da Ocupação do Programa de Aprendizagem	68
3.4.5 Quanto a Metodologia Utilizada pelo Programa AAJ	70
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
3.6 REFERÊNCIAS.....	76
4 CONCLUSÕES GERAIS	81
ANEXO I	82

1 INTRODUÇÃO GERAL

Os tempos são de mudanças em ritmo acelerado; as transformações sociais e tecnológicas acontecem a uma velocidade “impressionante”. No campo, a modernização da agricultura provoca discussões sobre o desenvolvimento rural sustentável que são pautadas na educação ambiental e na educação do campo, as quais estimulam a conscientização, a conservação da cultura, o conhecimento de direitos e modelos de produção (KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018).

A educação do campo é importante para o desenvolvimento rural sustentável, pois faz uma ligação entre a formação humana e a produção, principalmente, quando se trata da agroecologia, que visa o futuro da agricultura familiar com trabalho coletivo e cooperativo, que luta contra a concentração de terras e desigualdade social (CALDART, 2012).

Portanto, fornecer ao jovem alternativas de profissionalização em que o mesmo agregue competências, tanto humanas como profissionais, aparece como uma das opções que podem melhorar a qualidade de vida no campo e contribuir na solução desta questão (MOLINA, 2015; CARDOSO FILHO; DA SILVA, 2017; MEDEIROS; DIAS; THERRIEN, 2021).

Os jovens deste século procuram algo diferente em sua rotina diária, demonstrando desinteresse e dificuldade em adquirir competências profissionais para o mercado de trabalho e dar continuidade aos estudos. Além disso, outro fator é a desilusão com o futuro, agravado pela comparação com jovens bem-sucedidos, o que suscita medos prematuros, dúvidas quanto a suas escolhas profissionais, levando estes a crer que o futuro e a vida no campo são difíceis. Tais fatores são apontados por Alves (2009) como sendo a causa de muitos jovens não mostrarem interesse em permanecer no meio rural e serem sucessores do trabalho no campo.

Esses fatores somam-se a outros, tais como: escolha de uma profissão, aspectos ambientais, econômicos, sociais, afetivos e familiares, que podem interferir positiva ou negativamente no processo de profissionalização, socialização e permanência no campo (FOGUESATTO, 2016).

Para amenizar o êxodo de jovens do meio rural e reduzir alguns aspectos ou fatores citados acima, busca-se a aplicabilidade da Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), que assegura ao aprendiz formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico. Tal formação deve

ser desenvolvida por meio de atividades teóricas vinculadas com a prática, coordenadas pelas empresas em parceria com os Serviços Nacionais de Aprendizagem ou uma entidade sem fins lucrativos.

O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural apresenta cursos e programas de aprendizagem rural com o objetivo de oportunizar a profissionalização do meio rural. Dentre os cursos que servem para melhoria da qualidade de vida e permanência no meio rural, o curso Aprendizagem de Adolescentes e Jovens – AAJ é destinado ao público jovem, visando a qualificação e desenvolvimento das atividades no meio rural.

O AAJ também ajuda a oferecer recursos que favorecem a continuidade e permanência dos jovens nas atividades rurais, obtendo melhores condições econômicas, sociais e educacionais, como também possibilitando-lhes construir uma vida confortável sem se afastar das suas raízes, cultura, afetividades, sentindo-se pertencentes a um meio, como um todo sustentável.

Esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta/problema: Qual foi a contribuição do Programa AAJ – Aprendizagem de Adolescentes e Jovens do SENAR-PR no desenvolvimento humano, cultural e profissional dos jovens do meio rural? Para isto, o estudo foi dividido em dois capítulos: o primeiro aborda a Educação Profissional no Meio Rural; o segundo capítulo trata da contribuição do programa de aprendizagem do SENAR-PR na formação de jovens e descreve a metodologia do trabalho e os resultados obtidos.

Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar as contribuições do Programa AAJ – Aprendizagem de Adolescentes e Jovens do SENAR-PR, na regional de Curitiba – PR, para jovens e adolescentes do meio rural, na perspectiva da profissionalização do trabalho no campo.

A fim de conduzir esta pesquisa, foram desdobrados três objetivos específicos, descritos a seguir: caracterizar a educação profissional no meio rural e sua relação com o desenvolvimento rural sustentável; conhecer o perfil do jovem rural atendido pelo SENAR/PR; e verificar a contribuição do programa de aprendizagem do SENAR/PR na formação de jovens do meio rural para o desenvolvimento profissional.

CAPÍTULO I

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO MEIO RURAL

2.1 INTRODUÇÃO

As transformações são constantes no meio rural ao longo do tempo. As tecnologias e o conhecimento se tornam necessários para a educação profissional vinculados às práticas sustentáveis e o mercado de trabalho, a fim de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável (BONFIM; FILHO, 2013).

No entanto, a evolução tecnológica chegou nos ambientes urbanos com bastante intensidade; porém, no campo, as mudanças se acentuam mais quando se evidenciam êxodo rural, redução da agricultura familiar e propriedades cada vez maiores (FOGUESATTO; MACHADO, 2015; ZAGO, 2016).

Dessa forma, uma das opções para a manutenção dos jovens no meio rural é a sua profissionalização no meio rural, com atenção especial aos jovens das pequenas propriedades, para que possam desenvolvê-las, gerando renda para a família e propiciando uma melhor qualidade de vida (ALVES, 2015).

A fundamentação acerca da permanência do jovem no meio rural e também sucessão familiar nas atividades agrícolas passa pela educação. Sem a educação e uma formação continuada que faça com que os jovens vislumbrem oportunidades no campo, se torna mais complexo formar uma sucessão familiar com êxito (FOGUESATTO, 2016).

Nesse contexto, a educação no campo é umas das alternativas que busca agregar competências, tanto humanas quanto profissionais, pois age por meio da articulação entre a teoria e a prática da cultura camponesa (MEDEIROS; DIAS; THERRIEN, 2021; MOLINA, 2015).

Neste viés, as legislações e políticas públicas se tornam essenciais para incentivar os jovens a permanecer nos espaços rurais e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável (MALLMANN, 2019). Como, por exemplo, a legislação que assegura ao aprendiz condições de formação técnico-profissional, denominada Lei nº10.097/2000, compatível com as condições do jovem aprendiz e, sobretudo, oferece aos jovens condições de desenvolvimento pessoal e profissional.

Diante disso, esse capítulo tem o objetivo de estudar a educação profissional no meio rural e sua relação com o desenvolvimento rural sustentável, com abordagem de conceitos acerca da educação no campo, profissional e ambiental, desenvolvimento sustentável e o meio rural.

2.2 METODOLOGIA

Este estudo é de cunho bibliográfico e objetiva levantar informações sobre o tema por meio de fontes, apenas secundárias. As fontes foram artigos científicos, livros, documentos públicos acessados por meio físico e com o uso da plataforma Google Acadêmico.

2.3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.3.1 Conceito de Educação

O conceito de educação é muito abrangente e suscita várias discussões sobre os diversos âmbitos que esse tema alcança. Segundo Ahlert (2003, p. 166):

Educação é a forma que os diferentes povos encontraram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Através de um processo de interação entre educadores e educandos reproduz-se o modo de ser e a concepção de mundo que estes povos foram construindo ao longo de sua história. Neste processo acontece a construção de novos conhecimentos, técnicas e formas para a reprodução da vida. É criação e recriação de conhecimento. Este processo leva a práticas cada vez diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho, socializando processos produtivos. Neste conceito, educação é práxis teórica, política, pedagógica, afetiva e tecnológica (AHLERT, 2003, p. 166).

A educação é um direito humano assegurado pela Constituição Federal de 1988 e é regulamentada por leis de diretrizes e outros instrumentos normativos de modo a garantir o acesso a aprendizagem, desenvolvimento humano e mental do indivíduo, independentemente de onde ele se encontra, seja na cidade ou no campo (BRASIL, 1988; GRACIANO, 2005; GRACIANO; HADDAD, 2015; MOLINA, 2015).

Práticas de natureza cultural, educacional e científica devem primar pela busca da universalidade na sua implementação e pelo respeito às diferenças como

princípio de combate à exclusão, principalmente quando se trata dos “povos do campo” (CURY, 2008).

Freire (1983) se posiciona quanto à educação como forma contínua e permanente da vida do sujeito. Uma educação que faça parte da vida, que transforma e modifique sua realidade: “A educação, portanto implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não se pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (FREIRE, 1983, p. 28).

De acordo com Brandão (1985, p.10), “A educação é, entre outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre outras inovações de sua cultura, em sua sociedade”. Já Libâneo (2002, p.26) conceitua educação como “fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. Desta forma, pode-se dizer que considerar a educação e seu papel social na formação intelectual do indivíduo necessita de entendimento dos tipos básicos nos quais ela é aplicada.

Refletir sobre os tipos de educação que chegam ao educando, como acontece e onde acontece, é um processo vital para que esta seja realizada adequadamente e com qualidade. Pode-se dizer que existem, basicamente, três tipos de educação: Formal; Não Formal e Informal. (BRUNO, 2014 p.12).

Segundo Fontes (2015), o Ministério da Educação e Cultura (MEC) descreve a educação formal como aquela que ocorre nos sistemas de ensino tradicionais: centros especializados, escolas, institutos de treinamentos, faculdades e universidades; a não formal corresponde às iniciativas organizadas de aprendizagem que acontecem fora dos sistemas de ensino como organizações e grupos comunitários; enquanto a informal e a incidental são aquelas que ocorrem ao longo da vida, abrange tudo o mais, são todas as interações das pessoas com o ambiente em que atuam, seja família, amigos, trabalho.

No ponto de vista da autora deste trabalho, pode-se dizer que: Educação é ensinar o ser humano a encontrar caminhos para adquirir conhecimentos e fazer deles algo útil e aplicável em sua vida. Reitera-se, ainda que, por lei, é um direito fundamental a que todos devem ter acesso, pois o processo de ensino aprendizagem, via escola, através de professores, faz parte do desenvolvimento humano e do crescimento intelectual do indivíduo, independentemente de onde ele se encontra, na cidade (zona urbana) ou no campo (meio rural).

Conforme analisa-se os tipos de educação ou formação, denota-se que em todos os lugares ela acontece. Assim, pode-se dizer que qualquer lugar pode ser um lugar para formar um cidadão para seu trabalho ou profissão, como no campo.

2.3.2 Educação no Campo

A educação do campo no Brasil é uma dimensão da educação cuja especificidade está relacionada ao contexto de classe “[...] protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 259).

Por isso, seu conceito está em construção, pois faz parte do “processo de constituição histórica” (CALDART, 2012, p. 263), pois surge da luta de movimentos camponeses para o alcance de políticas públicas e do desenvolvimento de metodologias de ensino para a população rural (SOUSA, 2017).

Dessa forma, a educação no campo “constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome.” (CALDART, 2012, p. 263). Logo, a educação no campo é apoiada por políticas públicas, princípios e um conjunto de práticas associada ao “Movimento da Educação do Campo” (MOLINA; ANTUNES-ROCHA; MARTINS, 2019, p.3) e a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) (FERNANDES; TARLAU, 2017).

Conforme analisa-se os tipos de educação ou formação, o conceito educação formal no contexto rural incorpora a identidade cultural por meio de alternativas de profissionalização que agreguem competências, tanto humanas como profissionais, por meio articulação entre a teoria e a prática da cultura camponesa (MOLINA, 2015; CARDOSO FILHO; DA SILVA, 2017; MEDEIROS; DIAS; THERRIEN, 2021).

Nesse contexto, destaca-se a “dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira” (CALDART, 2012, p. 263).

Em documentos oficiais, a educação no campo é considerada como uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais (MEC, 2013) e a Secretaria de Educação do Campo - SEDUC (2017) apresenta este conceito como:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida — agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros” (Resolução CNE/CEB nº 02 de 28/04/2008, art. 1º).

Observa-se que todos os cidadãos têm direito à educação, estando eles na cidade ou no campo.

O ser humano é capaz de pensar, criar coisas a partir de experiências passadas, de refletir sobre elas e recriá-las. Neste sentido, a educação é imprescindível, pois é fator primordial no seu desenvolvimento.

No meio rural, considera-se que a educação seja voltada para a produção de bens de sustento do ser humano ou bens de consumo. Assim, acredita-se que o jovem do meio rural necessita receber conhecimentos formais que o auxiliem na melhoria da qualidade de vida, com provisão que assegure a dignidade e produza o sustento tanto para si, seus familiares e no seu entorno, como afirma Ribeiro (2012, p.295): “Os filhos dos camponeses experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar a família, de onde se retira a expressão agricultura familiar”.

No contexto rural, preparar-se para a vida envolve produzir produtos que promovam sustento primeiramente para a família, mas também para a sociedade. Contudo, a formação profissional do setor rural é considerada diferente da formação para o campo. De acordo com Pereira, (2012, p.288), “há que se ressaltar que a educação profissional reivindicada pela educação do campo não é a mesma coisa que escola agrícola. Inclui a preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território camponês, cuja base de desenvolvimento sustentável está na agricultura”.

No início do desenvolvimento agrícola brasileiro, a atividade produtiva desenvolvida na época não exigia qualificação dos trabalhadores; o critério para trabalho restringia-se à força braçal para executar atividades manuais. Portanto, uma educação pública para a população não era tida como necessária (GRITTI, 2008). Entretanto, segundo Calazans (1993), com o fim da escravidão, início da era do café e ainda com o desenvolvimento de outras culturas importantes para a agricultura, surge a necessidade de qualificação para o trabalho rural.

No Brasil, o desafio sempre esteve entre formar cidadãos ou preparar para o trabalho e, posteriormente, sobre a luta por uma educação adequada para as pessoas do campo, em consequência de uma escola voltada para a população urbana. Devido à forma de desenvolvimento da agricultura no Brasil, com pouca participação de recursos públicos, dentre os quais a escola, a expansão do ensino escolar só se desenvolveu nas áreas em que mais avançaram as relações de produção capitalistas, de caráter espoliador dos povos do campo (PUNTEL *et al.*, 2011).

Em 2010, foi assinado durante o IV Seminário Nacional do PRONERA, o Decreto 7.352, regido pela LDB, que tratou sobre a política de educação do campo e definiu que esta seria destinada à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo. Em maio de 2006, o MEC reconhece que a Educação do Campo é papel estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do meio rural brasileiro (PUNTEL *et al.*, 2011).

Para que a educação no campo tenha resultados, é necessário abordar o desenvolvimento sustentável, de forma que valorize os recursos naturais e o meio ambiente. A educação no campo está intimamente ligada com as relações do ser humano e o ambiente em que vive; portanto, as atividades desenvolvidas no campo, hoje, refletirão na disponibilidade de recursos para as próximas gerações.

2.3.3 Educação e Desenvolvimento Rural Sustentável

A humanidade vem aprofundando crises ambientais que impactam a vida sobre a terra.

A crise ambiental afeta as condições de sustentabilidade do planeta e cria a necessidade de novas metodologias de ensino e aprendizagem capazes de orientar o processo de reconstrução do saber mais amplos e holísticos. Sabe-se que boa parcela das agressões ao meio ambiente deriva do desconhecimento (AHLERT, I.; AHLERT, A. 2019, p. 74).

Abordar o desenvolvimento rural sustentável priorizando os recursos naturais e o meio ambiente é relevante para quem é e está no campo. Entretanto, este conhecimento é complexo e diversificado. Neste sentido, em atendimento ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, na linha de pesquisa de inovações sócio-tecnológicas e ação extensionista, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, esta pesquisa buscou investigar a educação no campo

alinhada ao desenvolvimento rural sustentável, com o intuito de apontar a contribuição do programa de aprendizagem do Senar-PR na profissionalização dos jovens no meio rural (ZONIN; NEUKIRCHEN, 2020).

Nesse contexto, o conceito desenvolvimento rural sustentável busca o aprimoramento de técnicas, principalmente, agroecológicas que utilizam recursos menos agressivos ao meio ambiente e auxiliam na relação dos agricultores e familiares no momento de planejarem plantio, colheita e produção agrícola. De acordo com Veiga (2008, p.81): “O desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas”.

Acredita-se que reconhecer e valorizar o meio ambiente através da formação educacional para o produtor rural e para o indivíduo que vive nesse meio, através de técnicas não agressivas ao meio ambiente e que são aplicáveis na agricultura, pode desencadear uma sensibilização e criar uma relação de simbiose entre a ecologia e as famílias de agricultores, tornando esse processo harmônico, sustentável e produtivo. O sentido de sustentabilidade apresentado abaixo é o de proporcionar ao meio ambiente e a quem dele se utiliza uma relação onde os dois lados se beneficiem. Desta forma, Boff (2014, p. 31) apresenta o conceito de sustentabilidade como:

Sustentabilidade é, em termos ecológicos, tudo o que a Terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruíne. Esta diligência implica que a Terra e os biomas tenham condições não apenas para conservar-se assim como são, mas também que possam prosperar, fortalecer e coevoluir.

Produzir, criar alternativas sustentáveis para desenvolver insumos agrícolas e produtos que darão sustento ao homem é importante e necessário para que o mesmo se empenhe em fazer o seu meio dar retorno do seu trabalho e que o desenvolvimento possa ser entendido como um crescimento para exercícios superiores, uma vez que a sustentabilidade conota o equilíbrio entre as atividades antrópicas e a sobrevivência do planeta (MALLMANN, 2019).

Segundo Sachs (2009), o desenvolvimento é um processo histórico e universal que deve envolver os direitos humanos, de forma individual e coletiva, sem menosprezar a biodiversidade em garantia das gerações futuras. A partir de 1960, diversos debates mundiais foram travados para discutir a ascensão econômica e o estilo de vida de nações desenvolvidas, tudo isso tendo em vista uma insegurança do planeta (MALLMANN, 2019). Nesse período, o Brasil passa pelo início de uma

organização do meio rural, adotando como modelo o norte americano, com tecnologias avançadas, envolvendo a mecanização agrícola e a indústria química, tudo isso culminou na conhecida Revolução Verde (SOARES; NEVES, 2018), que vem afetando o meio ambiente. Conforme Ahlert (2003), esses modernos meios de produção trouxeram junto a “poluição do planeta, da água, do ar, das grandes metrópoles, das pequenas cidades interioranas e da própria área rural. São as sobras de uma industrialização de supérfluos, de venenos, de produtos químicos e dejetos industriais” (AHLERT, 2003, p. 116).

Esse modelo de agricultura elevou acentuadamente a produção agrícola brasileira, porém, produzindo impactos que são observados nos biomas brasileiros e nas zonas urbanas, nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e na saúde (SOARES; NEVES, 2018). Tal realidade se inscreve no que se configura numa crise ambiental global.

Os problemas ambientais estão impactando, em nível global, sistemas ambientais complexos, afetando a sustentabilidade planetária. Isso demanda a urgência da internalização das bases agroecológicas e dos princípios jurídicos e sociais para desenvolver a gestão dos recursos naturais com base em uma nova epistemologia ambiental (AHLERT, 2017, p. 12).

A partir das consequências desse modelo de agricultura adotado pelo Brasil, surge então a partir de movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), a Educação do Campo, sendo um projeto voltado a educar as famílias e descendências dessas pessoas que buscam no campo sua sustentação, além da sua riqueza em história, cultura e arte (SOARES; NEVES, 2018).

Com a discussão acerca das questões ambientais e desenvolvimento sustentável, surge o termo sustentabilidade, que tem grande influência em diversas áreas do saber, excepcionalmente na educação (MALLMANN, 2019). O conceito de sustentabilidade emerge no viés da discussão da finitude dos recursos naturais, e traz uma reflexão acerca de uma possível escassez de recursos, o que leva a sociedade a pensar mais sobre seus hábitos de consumo, tudo isso frente a propostas de desenvolvimento embasadas em um modelo de organização política e econômica que não tem o desenvolvimento sustentável como prioridade (SACHS, 2009).

Para Diamond (2007), estudos comparativos entre a situação ambiental do presente e do passado explicam certos acontecimentos sociais que determinaram o êxito ou fracasso de alguns povos. Segundo o autor, o passado serve de aprendizado

para que sejam evitados os mesmos erros, e revela que existe a oportunidade de aprender com erros de pessoas distantes no espaço e tempo, sendo que as civilizações passadas não tiveram a mesma oportunidade.

Diamond (2007) ainda enfatiza seu otimismo, porém com cautela, onde afirma que o ser humano é a causa de seus problemas ambientais, e pode então, escolher ou não parar de causá-los e começar a resolvê-los. Nesta vertente, entende-se que as ações das atuais gerações terão importante papel na definição nas condições futuras do planeta. Porém, é necessário analisar e destacar as diferenças entre as gerações, principalmente no que tange a globalização, ciências e tecnologia. Tudo isso são vantagens do presente em relação ao passado para enfrentar e resolver seus problemas ambientais (MALLMANN, 2019).

Dias (2004) ressalta a preocupação de pesquisadores da área ambiental acerca da globalização, uma vez que incentiva o aumento dos padrões de consumo, e isso, em longo prazo, pode refletir sobre a finitude dos recursos naturais, sem respeitar a capacidade de regeneração dos ecossistemas. Boff (2003) corrobora com o elucidado por Dias (2004), uma vez que alerta sobre os efeitos negativos da globalização, sendo necessária uma reflexão acerca da ética, da responsabilidade social e formação de valores frente às crises estruturais e insustentáveis as quais atingem todas as civilizações do mundo.

Boff (2003) se refere a ética como uma solidariedade com as gerações vindouras, uma vez que os imediatismos impostos pela globalização e o crescente individualismo desconstruem a visão do todo e dificultam ações em prol da conservação dos recursos do planeta. A preocupação em criar vínculos é engajada com a inteligência emocional, uma vez que o vínculo faz com que o indivíduo se sinta integrante de um todo e não apenas um ser solitário. Assim, fazer parte de um todo significa se preocupar com o planeta e com ações que visem a conservação dos recursos desse planeta (BOFF, 2003).

Freire (1996) afirma que os seres humanos necessitam de liberdade para aprender, compreender, comparar, escolher, decidir, aceitar ou recusar. O conhecimento é a chave para que as pessoas possam questionar e analisar os modelos propostos pelos setores econômicos e ambientais.

O conhecimento tem papel crucial nestas reflexões, pois leva à articulação de diferentes âmbitos e espaços com suas peculiaridades naturais e sociais, objetiva a concretização de ações de gestão ambiental para a sustentabilidade. Esse processo

de educação permite repensar, reelaborar o saber e expandir a produção teórica e a pesquisa científica, ao mesmo tempo em que oportuniza a transformação das práticas em sociedade e ações de conscientização (MALLMANN, 2019).

A economia é fator determinante na demanda por interesses profissionais, uma vez que o mercado cria condições que impõem a adequação e formação de mão de obra de maneira que a necessidade econômica do momento seja atendida (LEFF, 2009). Neste viés, o autor explana que as atividades acadêmicas das universidades são também afetadas pelos valores dominantes da sociedade a qual pertencem e a necessidade de profissionais com perfis que sejam úteis ao sistema é o que direciona a canalização de recursos e a orientação de suas atividades, através da inovação de métodos pedagógicos, planos de estudo ou reorganização curricular (LEFF, 2009).

Com a crise ambiental, a educação se reorientou na produção e difusão de novos saberes na perspectiva da sustentabilidade, de forma que o respeito a natureza e a racionalidade produtiva sejam fortemente respeitados (MALLMANN, 2019).

A inserção do conceito de ambiente no processo da educação através da interdisciplinaridade objetiva a construção do saber e a formação responsável de um cidadão, a partir de experiências concretas no meio físico e social. Assim, existe a necessidade de desenvolver um cidadão crítico, investindo no desenvolvimento de sua criatividade desde a infância, antecedendo até mesmo seus primeiros contatos com esse mundo das informações e da tecnologia (MALLMANN, 2019).

Segundo Sachs (1986), o desenvolvimento tecnológico acarreta na substituição da mão de obra manual pela mecanizada, o que gera um aumento ainda maior na discrepância entre as classes sociais. Um possível crescimento econômico com diminuição de empregos e o desenvolvimento rural aparece como uma alternativa de fonte geradora de renda e empregos, visando fortalecer o meio rural e evitar as superlotações dos ambientes urbanos, uma vez que não possuem infraestrutura que mantenha a qualidade de vida para todas as pessoas (SACHS, 1993).

Frente a essa situação, a geração de políticas públicas que incentivem a educação dos jovens no campo para a manutenção das pequenas propriedades rurais, com recomendações técnicas e sustentáveis de manejo apresenta-se como uma opção sustentável para os ecossistemas (MALLMANN, 2019). Bonfim e Filho (2013) afirmam que as políticas públicas não são suficientes para que pequenos produtores rurais possam ser inseridos nos mercados mais exigentes e rentáveis, evidenciando a necessidade de educação de profissionalização dos agentes

envolvidos nas atividades rurais das pequenas propriedades e acrescentam que não é necessário apenas o acesso à terra pois se torna uma ação isolada e não garante o desenvolvimento rural; são necessários conhecimentos acerca de tecnologias, práticas sustentáveis e informações de mercado, ou seja, a educação é fator primordial para considerar o desenvolvimento rural sustentável.

2.3.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Meio Rural

A ONU (Organização das Nações Unidas) é uma instituição internacional que reúne países de forma voluntária para trabalhar pela paz e promover a cooperação entre os povos, auxiliando na melhoria da qualidade de vida dos países em desenvolvimento e demais nações. Nessa missão, a ONU criou a denominada Agenda 2030, apresentando nela os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), com meta de serem implantados de 2015 até 2030. O Brasil foi um dos países que participaram integralmente das sessões de negociação para a criação dos 17 ODS e das 169 metas que visam a erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, água e saneamento, energia, crescimento econômico sustentável, infraestrutura, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, padrões sustentáveis de consumo e de produção, mudança do clima, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, sociedades pacíficas, justas e inclusivas e meios de implementação (MRE, 2017, p.227)

Dos objetivos apresentados pela ONU (2015), destacar-se-á aqueles ligados com o tema aqui apresentado, como o objetivo 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” e o objetivo 15: “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.”

Esses objetivos vêm ao encontro da necessidade de formação do jovem do meio rural, capacitando-o a produzir bens e riquezas de forma que contemplem o desenvolvimento e a valorização dessas pessoas que vivem e trabalham nesse meio. A necessidade em promover educação e aumentar os índices na qualidade apontado no objetivo 4 dos O.D.S não é somente uma necessidade dos emergentes ou dos

educandos dos centros urbanos, estendendo-se ao meio rural. Para tanto, Stelmach (2011) mostra que alguns problemas são comuns às várias realidades rurais no mundo e principalmente dos países em desenvolvimento. A complexidade dos problemas verificados é observada até em países de capitalismo avançado, onde há relatos de que a pobreza entre os jovens do campo aumenta substancialmente as chances de abandono escolar (IRVIN, 2011).

Verifica-se também que a análise das condições educacionais da população jovem do campo denota a existência de desafios para a elevação da escolaridade média como garantia ao acesso integral à educação de qualidade, sendo este um desafio central aos diversos grupos, tanto de jovens em idade escolar, como de adultos que se encontram sem qualificação profissional por terem abandonado a escola antes de completar a formação básica (SANTOS, 2017, p. 618).

A inserção precoce no mundo do trabalho parece ser um dos fatores que afeta a trajetória escolar dos sujeitos do campo e tende a se tornar mais problemática à medida que os indivíduos envelhecem sem que tenham terminado a escolarização básica. Em 2014, entre os jovens de 15 a 17 anos residentes no campo, 12,5% não frequentavam a escola e apenas 44,5% frequentavam o ensino médio; já entre aqueles com idade entre 18 e 29 anos, a escolaridade média era de apenas 8,1 anos (BRASIL, 2016). A baixa escolaridade que ainda se mantém entre as populações do campo pode se relacionar a condições desiguais de inserção no mundo do trabalho. Desse modo, deixar o campo ainda constitui um dos caminhos para a obtenção de melhores oportunidades profissionais e escolares, o que gera dilemas para a juventude rural na atualidade. (CASTRO, 2009).

Estudos mostram que o jovem tem carências, tanto pessoais e financeiras quanto educacionais, levando-o ao êxodo rural para suprir as dificuldades encontradas no campo. Essa saída do campo pode ser suprida com uso das tecnologias e preparo profissional. Graziano da Silva (2019, p.1) afirmou que: “A FAO e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) numa nova parceria permitirá uma maior colaboração em áreas de interesse mútuo, como alimentação e agricultura, infraestrutura agrícola e rural, desenvolvimento rural sustentável e investimento e monitoramento das questões hídricas associadas aos ODS (ONU, 2019).

As pretensões dos ODS e do AAJ tornam-se compatíveis no direcionamento e intuito de acesso aos bens de consumo e preparo para gerenciamento do meio rural, profissionalização dos jovens do campo para que desenvolvam o meio em que estão

inseridos e tornem esse meio um lugar com qualidade de vida, inclusiva, sustentável e equilibrada. “Ao reunir as principais economias de mercado desenvolvidas e emergentes, o G20 está determinado a moldar a globalização em benefício das pessoas. Mais importante, precisamos capacitar nossos povos de maneira mais adequada a aproveitarem as oportunidades” (MRE,2017, p.221).

Os desafios criados pelas tecnologias que levam a globalização de serviços e trocas de bens de consumo despontam na necessidade de formar o jovem do campo para se adaptar a essa realidade dinâmica e em movimento constante. Deste modo, oferecer formação que auxilie esse indivíduo do campo ao enfrentamento dessa realidade contribui diminuindo assim o êxodo rural, além de tornar a realidade desse jovem que vive no meio rural mais equitativa, acolhedora e humana. Guimarães (2019, p.3) reforça que são desafios possíveis ao dizer que: “Acreditar em um mundo em que pessoas jovens tenham conhecimento sobre seus corpos, e habilidades para a vida permite que elas façam uma transição saudável para a vida adulta”.

O jovem rural ao receber educação de qualidade, se mune de ferramentas educacionais, as quais são auxiliadoras para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais que podem ser considerados importantes agentes de mudança, permitindo que jovens permaneçam no meio rural tornando seu espaço um lugar com empreendimentos sustentáveis. Um agregador educacional como o Programa AAJ une agricultura, tecnologia, profissionalização e qualidade de vida.

2.3.5 Histórico do Desenvolvimento da Educação Profissional

A partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, no final do Século XVIII, aconteceu o início da consolidação da Educação Profissional, quando, pela primeira vez, foi descrito o Quadro de ocupações da época, bem como o que deveria ser estudado para o exercício de cada atividade (WITTACZIK, 2008).

No Brasil, a educação profissional ou formação do trabalhador remota ao início da colonização, tendo como primeiros aprendizes de ofícios os índios e escravos, considerados classes mais baixas da sociedade. Isso denota uma perspectiva assistencialista visando o amparo aos pobres, o que é ratificado por (Klinger, 2007, p.27) “tinham a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho os órfãos, pobres e desvalidos da sorte retirando-os das ruas”.

No início do Século XX, o estabelecimento da Educação Profissional continua com o Colégio das Fábricas, liceus de artes, ofícios e as escolas de aprendizes artificiais. A indústria no Brasil tem grande desenvolvimento de 1870 até os primórdios do século XX, porém, adquiriu maior importância no crescimento do país no início dos anos 1930, devido à crise do café (FURTADO, 2009).

Em 1942, um marco importante é fixado no histórico da qualificação profissional de mão de obra no Brasil: a criação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), instituição que se firma desde então como a principal fonte de capacitação profissional para a indústria brasileira (ARAÚJO; LIMA, 2014). O embasamento legal para criação do SENAI foi por intermédio da Lei da Educação nº 7.566/1909, que deu suporte para seus cursos de qualificação profissional, os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada).

O que marca esse período é o aumento de exigência técnica que o período industrial necessitava, pois no padrão tecnológico de até então, um trabalhador alfabetizado e com uma formação de educação básica, atendia as exigências técnicas do processo produtivo. No entanto, o período de inovação tecnológica iniciado passou a demandar maior qualificação da mão de obra (ARAÚJO; LIMA, 2014).

A criação do SENAI acontece no contexto das Leis Orgânicas do Ensino, que passaram a considerar a educação como um processo sistêmico e integrado ao sistema social que se modernizava com a tonificação da indústria (CAMARGOS, 2011). A resposta para as necessidades de demandas de formação profissional para a indústria foi a criação do SENAI. Esta situação envolve dois pontos cruciais da formação profissional no Brasil, um deles é que a fonte dos recursos financeiros para manter o SENAI viria de um percentual sobre o faturamento das empresas do setor industrial.

Outro ponto, que as escolas técnicas faziam parte da rede escolar pública brasileira (ARAÚJO; LIMA). A criação das instituições caracterizadas como “Sistema S” nasceu com o objetivo de qualificar o trabalhador, preparando a mão de obra para o mercado de trabalho. Tratava-se de uma qualificação ainda predominantemente voltada à prática, sem o conhecimento teórico que desse respaldo ao domínio científico-prático. Importava o “saber fazer” para conviver no mercado de trabalho, cuja produção ocorria em série, dispensando o “pensar do trabalhador”.

Cada uma dessas Instituições se dedicava a qualificação profissional de um segmento específico. Assim, após a criação do SENAI ocorreu em 1946 à criação do

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e do Serviço Social da Indústria (SESI). Em 1990, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE) (WITTACZIK, 2008). O Sistema “S” foi assim, por muito tempo, responsável pela inserção no mercado de trabalho profissional para sanar a deficiência de mão de obra, o que contribuiu para o desenvolvimento do setor produtivo e o sustento dos trabalhadores. Cabe destacar que estas instituições foram mantidas pelo segmento que representava a categoria, o que imputava a obrigação de realizar os cursos de qualificação sem ônus para o trabalhador brasileiro (CORDÃO, 2009).

Assim, pode-se inferir que, em se tratando de qualificação do trabalhador, o Sistema “S” representa até hoje um diferencial, estendendo e ampliando sua oferta, sempre respondendo aos anseios da sociedade e do setor produtivo, de acordo com as demandas requeridas (CORDÃO, 2009).

O Sistema “S”, por meio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) - Lei 7.998/90 – realizou a capacitação de trabalhadores, atendendo aos requisitos estabelecidos na época. Porém, o FAT é considerado o fator crucial no desenvolvimento da qualificação profissional, pois propiciou a criação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor), iniciado em 1995, que integrava Sistema Público de Emprego e Renda, abrangendo políticas públicas ativas e passivas para o mercado de trabalho, inclusive programas de geração de emprego, renda e qualificação profissional, intermediação da força de trabalho e seguro desemprego (ARAÚJO; LIMA, 2014).

Desta forma, é possível entender as vertentes da formação profissional, que são: a rede de educação técnica-profissional, SENAI e as Políticas Públicas Nacionais de Formação ou Qualificação Profissional. Portanto, é considerável entender agora a base imprescindível para a condução desses programas: a educação. Vincular educação, qualificação profissional e produtividade é algo presente na literatura econômica, desde que os conhecimentos em economia consideram a importância da integração entre qualidade da força no trabalho, produtividade e lucro no capitalismo (ARAÚJO; LIMA, 2014).

Marshall (1980) relata que uma boa educação gera grandes benefícios indiretos até para o trabalhador comum, pois o faz mais inteligente, mais operador,

prestativo e confiável no trabalho. É um importante meio para a produção de riqueza material.

O contexto da educação brasileira tem mostrado nos últimos anos uma deficiência muito grande na formação básica dos indivíduos. Assim, resta para a formação profissional a missão de requalificar a força de trabalho que muitas vezes não possui uma base escolar mínima para apreender suficientemente uma qualificação profissional específica. Uma escassez natural de força de trabalho qualificada se desenrola dentro desse contexto (ARAÚJO; LIMA, 2014).

Com o desenvolvimento da sociedade de forma geral, um novo contexto foi surgindo, e após crises econômicas, como a de 2007-2008, em cada estado brasileiro, existem linhas programáticas voltadas para a qualificação profissional, todas regidas pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), com convênios entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e os governos estaduais. Em 26 de outubro de 2011, através da Lei nº 12.513 foi criado o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), que busca “oferecer cursos de educação profissional a estudantes, trabalhadores diversos, pessoas com deficiência e beneficiários dos programas federais de transferência de renda”. Trata-se de programa que, utilizando a ampla Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e fazendo parcerias com unidades do Sistema “S”, busca a expansão da oferta de educação profissional e tecnológica, de forma articulada com a elevação da escolaridade do trabalhador (ARAÚJO; LIMA, 2014).

2.3.6 A Educação Profissional

O conceito educação profissional foi marcado pela Revolução Industrial, promulgação de leis orgânicas de ensino, principalmente na Reforma de Capanema, pois se tornaram um dos motivos para a criação do SENAI em 1942 e SENAC em 1946. Anos seguintes, a Constituição em conjunto com os decretos e a lei de diretrizes bases foram outros marcos importantes e favoreceram as unidades do Sistema “S” dedicadas à educação profissional (PEREIRA, 2012).

Assim, a educação profissional deve promover o desenvolvimento das aptidões para a vida produtiva e, como tal, tem sofrido diversas mutações ao longo do tempo, seja devido a situações adversas da economia dos países, ou das

transformações geradas pelo progresso científico e tecnológico visando atender as necessidades provenientes do setor produtivo (CORDÃO, 2009).

Dessa forma, surge a necessidade da educação profissional no campo para atribuir competências, tanto humanas quanto profissionais, com atenção especial aos jovens das pequenas propriedades, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, proporcionar maior qualidade de vida e, inclusive pode evitar o êxodo rural (ALVES, 2015; MOLINA, 2015; CARDOSO FILHO; DA SILVA, 2017; MEDEIROS; DIAS; THERRIEN, 2021).

Neste contexto, essa modalidade de ensino vem se adequando e preparando os profissionais para atender as novas formas das atividades econômicas e sociais, suprimindo as necessidades das novas gerações. Em toda essa trajetória, a educação profissional se apresenta com grande importância, e se adequa na medida em que as exigências do setor produtivo se aceleram e surgem novas demandas provenientes de uma sociedade ainda capitalista (ARAÚJO; LIMA, 2014).

Com a aceleração do processo de inovação tecnológica, no qual destacam-se a disseminação da robótica, informática, microeletrônica, biotecnologia, onde o trabalhador tem de estar sempre qualificado, havendo a centralização do capital e alteração na organização do processo de trabalho, o taylorismo aparece adaptado a essas inovações, gerando a produção de grandes séries com custo reduzido (BORGES-ANDRADE, 2006).

Com o surgimento da globalização, houve uma reestruturação na parte produtiva, com novas formas de organização do trabalho, para que fossem superadas as limitações do modelo taylorista-fordista (BASTOS; LIMA, 2002). Essas mudanças, baseadas na microeletrônica e a informática, permitiram que as máquinas atendessem as exigências das características do produto a ser construído, gerando ganhos na produtividade. Ou seja, saiu-se do modelo da “maquinofatura” para o do “sistemofatura” (GUIMARÃES; CASTRO, 1990). O taylorismo é baseado no parcelamento, especialização e intensificação do trabalho (WOODWARD, 1965). É um sistema que se adaptou muito bem a produção em série, reduzindo custos e utilizando tecnologia de produção em massa. E isso vem ao encontro de um mercado globalizado, que exige grandes resultados em curtos períodos (WOODWARD, 1965).

Algumas das inspirações do Taylorismo, como a utilização do trabalhador sendo parte do processo produtivo, ou seja, uma ferramenta, são apresentadas no filme de Charles Chaplin “Tempos Modernos” (BORGES-ANDRADE, 2006). Este filme

traz uma mensagem em que o homem e a máquina são a mesma coisa para um sistema onde as pessoas são descartáveis, havendo uma grande desumanização. Os trabalhadores que atuam em processos, mesmo que de base taylorista, objetivando aumento da capacidade produtiva, não podem ser entendidos como parte da máquina (BORGES-ANDRADE, 2006).

Essas mudanças nas tecnologias fazem com que novas ocupações ou novos cargos surjam, fazendo com que outros desapareçam, ou fiquem obsoletos. Isso faz com que o trabalhador enfrente cada vez mais desafios, pois tem que a cada dia ou tempos, se especializar, para não ficar fora do mercado (CORIAT, 1988).

Howard (1995) destaca características de um novo trabalhador, que passa a se qualificar, aumentando sua capacidade intelectual, assim como a formação adequada ou específica, para o manejo com melhor eficiência das novas ferramentas tecnológicas, lidando com mais eficiência com os problemas surgidos nas rotinas de trabalho. Melhora também a capacidade de lidar em equipe, desenvolvendo uma maior facilidade de comunicação, negociação, influência, solucionando conflitos de forma mais eficiente (HOWARD, 1995).

A qualificação profissional é algo que vai ao encontro dos acontecimentos de cada período, pois em cada época, novas ferramentas são criadas para atender as demandas de cada população e isso reflete que a sociedade vivida no momento é que definirá o que é um trabalho qualificado. No constructo social, a qualificação é vista como uma construção social de competências, que não está ligada somente aos aspectos técnicos como conhecimento e habilidades relacionados ao desempenho, mas ao modo de como o trabalho se realiza e como ele é gerido (BORGES-ANDRADE, 2006).

Com a evolução do sistema capitalista, houve uma mudança no contexto de trabalho, no qual o profissional deixou de ser o responsável por criar um tipo de produto, como a produção de sapatos, camisas, tapetes, utensílios para casa, para ele ser uma peça no sistema produtivo. Antes, as pessoas eram mestras naquilo que realizavam, mas depois do modelo capitalista, as pessoas, os trabalhadores faziam determinados produtos ou faziam somente uma parte do produto. No sistema capitalista, as empresas definem qual o profissional elas necessitam e qual qualificação é exigida, para que se possa ser contratado (BORGES-ANDRADE, 2006).

Com toda essa mudança de trabalho, em que as pessoas buscam empregabilidade, onde terceirização, inovações tecnológicas, automação, trabalhos em domicílio, novos modelos de gestão, mudanças no tempo de trabalho, preocupação com a saúde do trabalhador e desemprego crescentes são itens que exigem debates sobre qual profissão ou qual formação o profissional deve buscar, Cattani (2002) ressalta que a formação profissional é uma expressão recente para antigos processos históricos que envolvem o trabalhador.

A formação profissional se propõe a formar pessoas para que possam exercer determinadas profissões. O sistema educacional também é responsável pela formação do profissional para que ele possa ser inserido na sociedade, no mercado de trabalho. Ela pode ser realizada tanto pelo governo, fornecendo educação e cursos profissionalizantes quanto pelo setor privado (BORGES-ANDRADE, 2006).

A estimativa é de que menos de 10% da população que está economicamente ativa tenha tido algum tipo de processo de formação profissional. Segundo Cattani (2002), com a precariedade nos ensinos básicos e médios e com a baixa escolarização dos brasileiros, onde a minoria tem acesso à educação superior, agrava cada vez mais a qualificação da mão de obra nacional.

Em países em que existe desigualdade social elevada, o profissional a ser inserido no mercado de trabalho fica numa situação precária caso não haja uma boa formação profissional. No cenário em que as vagas são limitadas, os trabalhadores mais qualificados tendem a ter mais chances de conseguir um emprego e nele continuarem (BORGES-ANDRADE, 2006).

No governo de Getúlio Vargas, ocorrido na década de 40, houve o sistema de financiamento para preparação para o trabalho por meio de uma contribuição compulsória das empresas sobre a folha de pagamento, no qual o Brasil viveu com dois sistemas de formação, sendo primeiro o das escolas técnicas pelo SENAI e SENAC, financiados com recursos públicos.

Segundo Pochmann (1996), esses modelos de formação profissional ocorridos no Brasil se ancoram em bases organizacionais e financeiras distintas, sendo as governamentais, com cursos de média e curta duração, voltados ao atendimento do desenvolvimento da economia nacional tradicional e do outro lado, cursos também de curta duração voltado para o trabalho e emprego.

Cattani (2002) considera que os principais organismos da formação profissional, como SENAI e o SENAC, são subordinados às Confederações

empresariais e atendem especificamente a esses interesses relacionados a indústria e ao comércio, e que realizam eventos de treinamento que investem em processos educacionais para desenvolvimento para o trabalho.

A educação profissional hoje requerida pelos diversos setores da economia vai além de uma junção de atividades desenvolvidas com o intuito de adquirir conhecimento teórico atrelado com o conhecimento prático. Pressupõe o desenvolvimento de competências para o enfrentamento e resolução dos desafios, propondo soluções assertivas no mundo do trabalho, o que pode ser concebido como: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (CHA). Estes, por sua vez, são responsáveis pela *performance* adequada de um indivíduo, seja em seu local de trabalho ou em sua carreira de forma geral (IBC, 2018)

A educação profissional objetiva não apenas preparar pessoas com conhecimentos técnicos e práticos, mas formar um cidadão ético, com conhecimentos no campo da política, sociedade, com bons aspectos comportamentais, que faça com que o indivíduo construa uma visão ampla de mundo (IBC, 2018). Desta forma, pode-se destacar que o compromisso com o desenvolvimento de competências para continuar aprendendo serve como pressuposto para o exercício da cidadania.

É um desafio emergente, elaborar propostas curriculares adequadas para formação de jovens e adultos, que correspondam ao perfil exigido do trabalhador em cada atividade econômica: para que eles atuem com autonomia e responsabilidade e, além disso, assegure-se que cheguem aos mesmos com todas as informações necessárias para uma formação consistente e embasada cientificamente, e contribuam para a transformação *in loco* e do mundo, tornando-o um lugar cada vez melhor (IBC, 2018).

A educação profissional, a qual é construída por meio de um processo contínuo, não é algo de curto prazo. Ao longo dos anos, essa construção vem acontecendo gradativamente para se chegar ao entendimento que se tem hoje. Neste sentido, a educação profissional se mantém na linha de que um estudante adquiriu conhecimento durante sua formação; porém, ao final desta formação, ele deve se desenvolver à medida que atinja uma maturação suficiente para suprir necessidades e resolver problemas da sociedade, de acordo com o que prega sua formação (IBC, 2018).

Vale ressaltar que um profissional se forma para desenvolver sua atuação em um determinado nicho; sendo assim, quanto mais conhecimento o estudante agrega

durante sua formação, maiores são suas chances de alcançar grandes oportunidades dentro do mundo de trabalho. Com uma educação profissional adequada e consistente, o profissional estará apto a analisar situações que envolvem um todo da organização de forma eficaz, buscando sempre uma solução mais adequada para o contexto. Sendo assim, o profissional se torna um grande agregador dentro da organização (IBC, 2018).

Assim, uma formação que agregue experiência atrelada a conceitos técnicos/científicos traz ao profissional uma formação mais consistente e garante melhores oportunidades ao se deparar com o mercado de trabalho.

2.3.7 Legislação da Educação Profissional

Entre os vários dispositivos legais que hoje orientam sobre a Educação Profissional no Brasil, mencionamos a Constituição Brasileira, ao dispor, no Art. 205, que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

O marco legal que embasa a Educação Profissional e Tecnológica vai da Constituição Federal de 1988 até o Decreto 6.032/2007, que trata do Programa Brasil Profissionalizado, para afirmar que ações do Programa relativas às práticas pedagógicas e recursos educativos são fundamentais para a melhoria dos processos e resultados educacionais, tais como, formatação de novos cursos técnicos, criação de cursos em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, confecção e aquisição de material didático, realização de seminários, práticas de gestão, elaboração e atualização dos projetos políticos pedagógicos das escolas envolvidas.

Essa legislação representa o eixo de sustentação da implementação de políticas comprometidas com a qualidade e com o papel que a educação profissional necessita desempenhar num cenário de desenvolvimento social e econômico do país.

Na 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 4024/1961, foi reconhecida a integração completa do ensino profissional ao sistema regular de ensino, estabelecendo-se a plena equivalência entre os cursos técnicos profissionais e propedêuticos para fins de prosseguimento de estudos (KUENZER, 2007).

No Art. 2º, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96, consta que “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e

nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo Ruy, (1999) “a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/96 se constitui num marco para a educação profissional, observando que as Leis de diretrizes e bases anteriores, ou as leis orgânicas para os níveis e modalidades de ensino, sempre trataram da educação profissional apenas parcialmente”. Legislaram sobre a vinculação da formação para o trabalho a determinados níveis de ensino, como educação formal, quer na época dos ginásios comerciais e industriais, quer posteriormente, através da Lei 5.692/71, com o segundo grau profissionalizante.

A educação profissional, na LDB de 1996, é apresentada como “integrada as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e tecnologia, com a finalidade precípua de conduzir “ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Para Cordão (2009), isto representa a superação, tanto dos enfoques assistencialistas ou economicistas da educação profissional, quanto dos preconceitos sociais que a desvalorizavam, situando-a na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: direito à educação e o direito ao trabalho. Enfatiza, ainda, sob a égide do Parecer CNE/CEB nº 16 /99 que, “após o ensino médio, a rigor, tudo é educação”.

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, atualmente, nos termos do Art.39, parágrafo 2º da Lei 11.741/2008 abrange os seguintes cursos:

- a) Formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b) Educação profissional técnica de nível médio;
- c) Educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação;

Esta pode ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de formação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. As instituições de Educação Profissional e Tecnológica devem oferecer, além de seus cursos regulares, cursos especiais, abertos a comunidade, condicionando a participação à capacidade de aproveitamento do indivíduo e não necessariamente o nível de escolaridade. Essa modalidade de ensino possui um tratamento especial na LDB, pois, conforme já referido, atende a dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito a educação e o direito a profissionalização (CORDÃO, 2011).

É na Educação Profissional e Tecnológica que os vínculos entre a educação, território e desenvolvimento se tornam mais evidentes e os efeitos de sua articulação mais notáveis.

A forma de oferta da Educação Profissional Técnica pode ser articulada com o Ensino Médio, ou subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o Ensino Médio (CORDÃO, 2011). Outro aspecto a ser considerado como inovação, proposto na legislação atual, trata-se do reconhecimento e certificação das competências adquiridas fora do ambiente escolar para prosseguimento de estudos.

Nessa proposta de educação profissional, segundo Cordão (2009), a Instituição deve projetar os cursos e programas educacionais dos respectivos eixos tecnológicos, orientados por itinerários formativos voltados para o contínuo e articulado aproveitamento de estudos e experiências profissionais e comprometidos com o desenvolvimento de competências profissionais. Estas passaram a serem entendidas, de acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CEB nº4/ 99, como a capacidade pessoal de continuamente mobilizar, articular e colocar em ação seus saberes, em termos de conhecimento, habilidades, atitudes e valores para responder criativamente aos desafios diários da vida pessoal, social e profissional, bem como os requerimentos do mundo do trabalho com eficiência e eficácia.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação- Lei nº 9.394/96, outros dispositivos legais foram instituídos com o objetivo de promover os esclarecimentos necessários na oferta da educação profissionais técnica e tecnológica, tais como:

a) Decreto nº 2.208/97, que regulamentou a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP tendo como objetivo a busca de ações integradas de educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia em conjunto com a sociedade (Brasil, 1997).

b) Resolução CNE/CEB nº 4/99, com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.

c) Decreto nº 5.154/2004 revogou o Decreto 2.208/97 e possibilitou a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

d) Resolução CNE/CEB nº 1/2005, com base no Parecer CNE/CEB nº 39/2004 que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

e) Lei 11.741/2008, que definiu que a educação profissional e tecnológica se integra aos diferentes níveis e modalidades e que a organização dos cursos se dá por meio de eixos tecnológicos entendendo-os como sendo a “linha central de estruturação de um curso, definido por uma matriz tecnológica que dá a direção para o seu projeto pedagógico e que perpassa transversalmente a organização curricular do curso, dando-lhe identidade e sustentáculo” (BRASIL, 2008, p.8).

f) Resolução CNE/CEB nº 6/2012 – que define (atualiza) as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012.

O capítulo da LDB sobre Educação Profissional foi regulamentado pelo Decreto nº 2.208/97. Na sequência, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), com base no Parecer CNE/CEB nº 16/99, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico pela Resolução CNE/CEB nº 4/99 (BRASIL, 2013).

O Decreto nº 2.208/97 foi substituído pelo Decreto nº 5.154/2004, o qual possibilitou novamente a integração do Ensino Médio com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio foram atualizadas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2005, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 39/2004 (BRASIL, 2013).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), divide a educação escolar em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior. Desta forma, a LDB estabelece a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional Tecnológica como modalidades da Educação Básica (CORDÃO, 2011).

Em 2008, foi incluído na LDB que a Educação de Jovens e Adultos deve estar preferencialmente atrelada com a Educação Profissional, buscando a integração entre a educação, trabalho, ciência e tecnologia (CORDÃO, 2011). São significativas as alterações promovidas na LDB pela Lei nº 11.741/2008, incorporando os dispositivos essenciais do Decreto nº 5.154/2004, ao qual se sobrepôs, inserindo-os no marco regulatório da Educação Nacional.

2.3.8 Educação Ambiental na Educação do campo e profissional

A educação profissional tem buscado cada vez mais atender os anseios da sociedade e dos estudantes por meio de métodos pedagógicos com foco em novos saberes acerca de tecnologias e práticas sustentáveis que contribuem para o desenvolvimento de competências ligadas as questões ambientais (LEFF, 2009; BONFIM; FILHO, 2013; MALLMANN, 2019).

Nesse contexto, a educação ambiental pode ser entendida pela vivência em espaços e pelo desenvolvimento de ações dentro desses espaços. Logo, é um processo social associado a formação humana, como, por exemplos, os princípios, as ações nas escolas e a aprendizagem em geral de crianças, jovens e adultos (ROCHA; AHLERT; CARNIATTO, 2017).

Esse processo social abrange as percepções acerca das questões ambientais que incluem as influências e as mudanças de comportamentos que contribuem para a reflexão da relação “sociedade-natureza” a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável para as atuais e futuras gerações (KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018, p. 256).

Assim, o desenvolvimento sustentável é marcado por debates e conferências importantes com foco no desenvolvimento social, econômico e ambiental. E para o alcance deste conceito, torna-se importante para a sociedade a incorporação da “participação local, diversidade cultural e ecológica, soluções localmente adaptadas, pluralismo tecnológico, solidariedade intergeracional, integração das diferentes dimensões [...]” (SILVA, 2012, p. 207).

Nesse sentido, a educação ambiental atua na sociedade como uma ferramenta que utiliza a divulgação de informações para a construção da consciência em espaços locais ou globais. Além disso, a educação ambiental auxilia a compreensão, apoiada pela ética, do equilíbrio na relação entre a natureza e os seres humanos (PREDIGER; AHLERT, 2019).

Esta busca do equilíbrio entre as atividades antrópicas e a sobrevivência do planeta pode ser desenvolvida no campo, por meio de alternativas sustentáveis para a produção de insumos agrícolas. A educação no campo se mostra uma ferramenta de mudança para o alcance da sustentabilidade (MALLMANN, 2019) por meio de um modelo de agricultura originado por movimentos sociais que busca sua sustentação, conservação da cultura e arte camponesa (SOARES; NEVES, 2018).

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi observado a importância da agricultura familiar e a educação no campo para contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e a manutenção dos jovens no campo. Nesse contexto, é possível afirmar que a educação é primordial para a transformação de qualquer setor da sociedade e que, quando se trata do ambiente rural, isto não é diferente, pois educação é direcionar o ser humano ao encontro de caminhos que lhe trarão conhecimento, independente da sua localização geográfica.

Detecta-se que não apenas a educação formal, mas também a não formal e informal contribui na formação dos indivíduos, pois em áreas rurais, em que as grandes instituições de educação formal e não formal não chegam, a educação informal chega através de seus agentes disseminadores.

A educação no campo evoluiu com o passar do tempo, sendo atualmente embasada legalmente e conta com diversos programas que visam promover a formação pessoal e profissional da comunidade rural.

Pode-se dizer que a 1º Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (nº 4024/1961), e a criação do SENAI das Leis Orgânicas de Ensino e a das demais Instituições que compõe o “Sistema S” contribuem assiduamente para a educação de pessoas em diversos setores da economia, permeando desde os centros urbanos até as regiões mais interioranas.

Evidencia-se que outra lei de suma importância para a capacitação profissional do meio rural é a Lei 7.998/90, que criou o FAT, acarretando a capacitação de inúmeros trabalhadores, ofertado pelo SENAR, para contribuir na melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento profissional no campo.

Sem dúvidas, a educação profissional no meio rural é imprescindível para que a sucessão rural seja atingida e o futuro das gerações vindouras seja de êxito no exercício das atividades no meio rural. É preciso acreditar que a educação que acontece de forma sustentável, valorizando o produtor rural, é capaz de desencadear processos que tornam as atividades rurais mais sustentáveis e produtivas.

A educação profissional no campo aliada à metodologia ativa, em que o sujeito é parte do processo de aprendizagem e faz desse momento algo envolvente e produtivo, criando para si meios que o tornam autônomo, eficiente, em que ele gerencia sua vida e produtividade, é parte fundamental do processo de aprendizagem do meio rural. Desta forma, a educação por meio de embasamentos legais e todas

suas ferramentas, busca transformar vidas em todos os cantos onde se deseja aprender mais.

Também, a educação profissional pode possuir um forte vínculo com a educação no campo e educação ambiental por meio de métodos pedagógicos com foco na reflexão da relação sociedade e o meio ambiente. Dessa forma, a educação no campo pode ser uma ferramenta para contribuir para o desenvolvimento sustentável e para conservação da cultura camponesa.

2.5 REFERÊNCIAS

- AHLERT, A. **A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal**. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. – (Coleção fronteiras da educação).
- AHLERT, A. Ética e Bioética do desenvolvimento sustentável. In: AHLERT, A.; NEUKIRCHEN, L. C. **Ética e bioética do desenvolvimento sustentável**. Curitiba: CRV, 2017.
- AHLERT, I.; AHLERT, A. Sustentabilidade e espiritualidade: experiências de educação ambiental na educação básica. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 45, n. 02, p. 73-89| Jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3778/0>. Acesso em: 27/05/2021.
- ALVES, Eliseu; MARRA, Renner. **A persistente migração rural-urbana**. Revista de Política Agrícola. Brasília, DF, Ano XVIII – Nº 4 – Out./Nov./Dez. 2009.
- ALVES, Shyrllleen Christieny Assunção. **Trajetória profissional e projeto de futuro dos alunos das escolas técnicas do Vale do Aço-MG**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- ARAUJO, T. P. de; LIMA, R. A, de. **Formação profissional no Brasil: revisão crítica, estágio atual e perspectivas**. Estud. av., São Paulo, v. 28, n. 81, p. 175-190, agosto de 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000200012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 de março de 2020.
- BALSADI. Otavio Valentim. **Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000100017>. Acesso em 08 de Set, 2020.
- BASTOS, A. V.; LIMA, A. A. B. **Trabalho e educação: bases conceituais**. Brasília: SESI, 2002. V.1, 178.
- BECK, Caio. **Metodologias Ativas: Conceitos e Aplicações**. Disponível em: <https://andragogiabrasil.com.br/metodologias-ativas/>. Acesso em 23 de Ago, 2020.
- BONFIM, Renato M. FILHO, Hildo M.de S. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In: CAMPOS, Silvia K, NAVARRO, Zander (Org.) **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** CGEE, Brasília: 2013. p. 71 a 100.
- BORGES-ANDRADE, J. E.; ABBAD, G. S.; MOURÃO, L.(Orgs.). **Treinamento, Desenvolvimento e Educação em Organizações e Trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 159-176.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Abril Cultura Brasileira, 1985.

BRASIL. Constituição Federal – CF. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília em 22 de Setembro de 1988.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. 2013.

BRASIL. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. / 1. ed. Brasília: SENAR, 2013.56p.; 21 cm – (Série Metodológica; informações institucionais)

BRASIL. **Serviço Nacional de Aprendizagem Rural**. Aprendizagem Rural: documento norteador. - 4^a ed. rev. - - Brasília: SENAR, 2013

BRUNO, Ana. **Educação formal, não formal e informal**: da trilogia aos cruzamentos, dos hibridismos a outros contributos. Mediações – Revista OnLine da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Vol. 2 – n.º 2 – 2014. Disponível em: <<http://mediacoes.esse.ips.pt>>. Acesso em: 10 Set, 2020.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 259-267.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMARGOS, F. P. **Conjuntura histórica da fundação do SENAI e educação profissional no Brasil**. Iniciação Científica, Curitiba, n.3, 2011.

CARDOSO FILHO, Ilário Dias; DA SILVA, Cícero. Reflexões sobre a educação do campo. **Revista de Educação Popular**, v. 16, n. 3, p. 67-83, 2017. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-v16n32017-art05>

CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.

CATTANI, A. D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. 4 eds. Verbetes: Formação Profissional e Teoria do Capital Humano. Petrópolis: Vozes, 2002.

CORDÃO, F. A. **As novas diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e suas implicações na educação profissional técnica de nível médio**. Boletim Técnico do Senac, v. 37, n. 3, p. 41-55, 2011.

CORDÃO, F.A. Desafios e tendências da educação profissional no Brasil. **Revista Aprendizagem**, Ano 3 nº 12-maio /junho, 2009.

CURY, C. R. J. **A educação básica como direito**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 134, maio-ago. 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; TARLAU, Rebecca. Razões para mudar o mundo: a Educação do Campo e a contribuição do Pronera. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 545-567, 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017180679

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. **A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil**: panorama entre 1970 e 2010. Enciclopédia Biosfera, Goiania, v.11, n.21, p.2793-2802, 2015.

FONTES, Julio. **Educação formal, não formal, informal e incidental**. May 14, 2015. Disponível em: <<https://medium.com/nossa-coletividade/educa%C3%A7%C3%A3o-formal-n%C3%A3o-formal-informal-e-incidental-69d1426776c0>>. Acesso em: 12 de jul, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Edição comemorativa 50 anos. Org. Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GRACIANO, Mariângela. **A educação como direito humano**: a escola na prisão. 2005. 153 f. 2005. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.

GRACIANO, Mariangela; HADDAD, Sérgio. O direito humano à educação de pessoas jovens e adultas presas. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 20, n. Espec, p. 39-66, 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAZIANO, José da Silva. **Em dia mundial, FAO defende inovação tecnológica para combater impacto das secas na agricultura**. ONU – Organizações das Nações Unidas. Publicado em 17/06/2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/em-dia-mundial-fao-defende-inovacao-tecnologica-para-combater-impacto-das-secas-na-agricultura/>>. Acesso em 03 de Set, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A.; CASTRO, N.A. **Trabalho, sindicalismo e reconversão industrial no Brasil nos anos 90**. Lua Nova, São Paulo, v. 22, p. 207-228, 1990.

GUIMARÃES, Fabiane. **Educação não formal pode ser ferramenta para ampliar competências da juventude**. Publicado em 11/12/2019. ONU. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/educacao-nao-formal-pode-ser-ferramenta-para-ampliar-competencias-da-juventude/>>. Acesso em: 03 de Set, 2020.

HOWARD, A. **The changing nature of work**. San Francisco: Jossey-Bass, 1995.

IBC – Instituto Brasileiro de Coaching. **Afinal, o que pode ser definido como formação profissional?** 2018. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portafinal-o-que-pode-ser-definido-como-formacao-profissional/>>. Acesso em: 26 de março de 2020.

IRVIN, M. J. et al. Relationship of school context to rural youth's educational achievement and aspirations. **Journal of Youth and Adolescence**, New York, v. 9, n. 40, p. 1225–1242, 2011.

KOPPE, Marise; AHLERT, Alvor; CARNIATTO, Irene. O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO CURRÍCULO ESCOLAR. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 251-268, 2018.

KUENZER, A.Z. (org.) 92007) Ensino Médio construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Mathilde E. Orth. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

Lei da Aprendizagem. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Brasília/DF, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Editora Cortez, 2002.

MALLMANN, Adaiana et al. Desenvolvimento rural sustentável e educação ambiental: entre o discurso e a prática do programa “Agrinho”. 2019.

MARSHALL, A. **The Principles of Economics**. 1890. Book IV, Chapter VI (“Industrial Training”). Disponível em: <<http://www.econlib.org/library/Marshall/marP.html>>. Acesso em: 26 mar, 2020.

MEDEIROS, E. A. De. DIAS, A. M. I. THERRIEN, J. Licenciaturas (interdisciplinares) em educação do campo: estudo sobre sua expansão no Brasil. *Educação em Revista*, v. 37, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698226082>

MOLINA, Monica Castagna. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. **Educar em Revista**, n. 55, p. 145-166, 2015. DOI: 10.1590/0104-4060.39849

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I.; MARTINS, M. F. A. A produção do conhecimento na licenciatura em Educação do Campo: desafios e possibilidades para o fortalecimento da educação do campo. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782019240051>

MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Declaração dos Líderes do G20 – Moldando um Mundo Interconectado**. Criado: 08 de Julho de 2017 - 17h38. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16800-declaracao-dos-lideres-do-g20-moldando-um-mundo-interconectado>>. Acesso em: 02 de Set, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU: **64% dos jovens latino-americanos vivem na pobreza ou em situação de vulnerabilidade**. Disponível em: <ONU: 64% dos jovens latino-americanos vivem na pobreza ou em situação de vulnerabilidade>. Acesso em: 03 de Set, 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivo 2**. Acabar com a fome, alcançar a

segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods2/>>. Acesso em: 05 de Set de 2020.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Educação Profissional**. Dicionário da Educação no Campo. Organização: Caldart, R.S. et al. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular, 2012.

POCHMANN, M. **Mudanças e continuidade**. In: OLIVEIRA, C. A. B., MATTOSO, J.(Coord.). Crise e trabalho no Brasil – Modernidade ou volta ao passado. São Paulo: Scritta, 2020.

PREDIGER, Caroline Luzia; AHLERT, Alvori. Ética e Educação Ambiental: Lugares Privilegiados na Apicultura. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 23, n. 1, p. 70-78, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17921/1415-6938.2019v23n1p70-78>

RIBEIRO, M. Educação rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 295-301.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 4. Ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2017.

ROCHA, Keili Luci; AHLERT, Alvori; CARNIATTO, Irene. Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) como espaço privilegiado para a Educação Ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 12, n. 4, p. 10-24, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34024/revbea.2017.v12.2292>

SANTOS, Robson. Trabalho e educação entre jovens de 15 a 29 anos residentes no campo: desafios à ampliação da escolaridade. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S. l.], v. 98, n. 250, p. 596–623, 2017. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.98i250.2982.

SILVA, C. E. M. Desenvolvimento sustentável. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 206-211.

SOARES, Ângela; NEVES, Jonas Anderson. REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 1, 2018.

SOUSA, Romier da Paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 631-648, 2017. DOI: 10.1590/ES0101-73302017180924

STELMACH, Bonnie L. A Synthesis of International Rural Education Issues and Responses, *Rural Educator*, 2011. **Rural Educator**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 11, 2011. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ987606>. Acesso em: 16 ago. 2020.

WITTACZIK, L. S. Educação Profissional no Brasil: histórico Profissional educativo in Brasil: vistor. **Revista E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial-ISSN-1983-1838**, v. 1, n. 1, p. 77-86, 2008. Disponível em: <http://etech.sc.senai.br/index.php/edicao01/article/view/26>. Acesso em: 27mar de 2020.

WOODWARD, J. **Industrial organizations: theory and practice**. Londres: Oxford University, 1965.

ZAGO, NADIR. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>

ZONIN, W. J.; NEUKIRCHEN, L. C. (Orgs.). **Interdisciplinaridade sem fronteiras: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais na América Latina**. Curitiba: CRV, 2020.

CAPÍTULO II

3 CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DO SENAR/PR NA FORMAÇÃO DE JOVENS DO MEIO RURAL

3.1 INTRODUÇÃO

A migração de jovens do campo para a cidade surge das transformações sociais no contexto rural movida pela redução de incentivos na agricultura familiar. A atratividade de oportunidades de trabalho remunerado em centros urbanos fazem com que os jovens do meio rural almejam um futuro mais atrativo e promissor; o que nem sempre é a opção mais viável (FOGUESATTO; MACHADO, 2015; ZAGO, 2016).

A busca da continuidade da educação formal influenciada pelo forte apelo social e do mercado de trabalho é outro fator de atração que estimula a migração dos jovens do campo para a cidade na condição trabalhadores-estudantes, no entanto, é frequente as dificuldades financeiras para permanecerem no ensino superior (ZAGO, 2016).

Além dos fatores de atração, o processo migratório também é marcado pelos fatores de expulsão, destacados pela penosidade do trabalho no campo e renda baixa (FOGUESATTO; MACHADO, 2015). Dessa forma, os jovens deste século procuram algo diferente em sua rotina diária, no entanto, demonstram desinteresse e dificuldade em adquirir competências profissionais para o mundo do trabalho e dar continuidade de seus estudos (ZAGO, 2016).

Nesse sentido, a educação rural aborda a proposta de “ruralismo pedagógico” para trazer uma educação voltada para a população agrícola, associando o trabalho com as demandas dos camponeses (RIBEIRO, 2012, p. 298). No campo, a modernização da agricultura ressalta a importância da educação no campo vinculada ao desenvolvimento rural sustentável (CALDART, 2012; KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018).

Por isso, a busca pela diminuição do êxodo de jovens do meio rural por meio de programas de formação que fomentem as oportunidades existentes na área agrícola é essencial para a fixação dos jovens no campo.

Neste viés, a legislação trabalhista assegura ao jovem a formação técnico-profissional, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a redação

trazida pela Lei nº10.097/2000. No referido dispositivo dispõe que essa formação deve ser compatível com as condições do jovem aprendiz e, sobretudo, oferecer a ele condições de desenvolvimento pessoal e profissional (BRASIL, 1943).

O SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural oferta diversos programas de treinamento, envolvendo o contexto do campo, incentivando a melhoria de qualidade de vida e a permanência no meio rural. Um destes programas de grande relevância é o AAJ – Aprendizagem de Adolescentes e Jovens, que tem o objetivo de desenvolver competências profissionais, conforme exigências do mercado empregador.

Diante do exposto, o presente trabalho objetiva responder a seguinte questão: Qual contribuição do programa de aprendizagem SENAR/PR na formação de jovens do meio rural? Para responder esse questionamento foi realizada uma pesquisa de cunho exploratório com 326 jovens no período de 2010 a 2019 dos egressos do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR, AAJ.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.2.1 O Jovem no Meio Rural

O jovem é parte indissociável no desenvolvimento do meio rural, de forma sustentável pode se tornar o elo forte da propriedade rural que busca sustentabilidade. Freitas (2013) descreve maneiras de organização que fortalecem a agricultura familiar, dentre as quais as organizações locais e o desenvolvimento local de forma sustentável.

Segundo Troian e Breitenbach (2018, p. 795), “o jovem no meio rural é um aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho na unidade familiar”. Deve-se, então, pensar em possibilidades de manter esse jovem no campo, com condições que remetam a ele acesso a meios tecnológicos e façam desse espaço, além de sustentável, bom para se viver. Sabe-se que a tecnologia auxilia a manutenção do jovem no meio agrícola, pois lhe propicia acesso ao mundo moderno e o faz sentir-se mais atualizado, além de possibilitar através da internet, por exemplo, fazer formação formal e outras que contribuam para sua atualização no melhoramento da produção.

Há pesquisas que vêm se ocupando com a temática da juventude rural e suas relações com a sucessão familiar, como, por exemplo, as pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – PPG/DRS da Universidade do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Marechal Cândido Rondon (STRASSBURGER et al. 2020, p. 177).

O jovem, tendo formação e acesso à tecnologia e podendo fazer de seu meio um lugar de prosperidade, contribui para modernizar o meio rural. Dessa forma, é transmitido à juventude rural o formato do desenvolvimento rural por meio da modernização da agricultura vinculadas aos modelos de produção. (KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018).

Segundo o Canal Rural (2020): “A tecnologia na agropecuária também influencia na diminuição do êxodo rural e traz oportunidades de emprego e renda para jovens que não são da cidade”, isto fortalece a hipótese de que um jovem preparado, com formação canalizada para o meio em que vive e com visão sustentável do meio ambiente, agregando tecnologia, pode ser o desencadeador de uma sociedade produtiva, mais humana e economicamente democrática.

Já o conceito desenvolvimento rural sustentável é incorporado à agricultura sustentável com o fortalecimento de aprendizagem sobre a sociedade e o meio ambiente. Desta forma, a realização de projetos que envolvam e potencializam a aprendizagem se mostram importantes para contribuir para o desenvolvimento sustentável rural (KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018).

A seguir, será apresentado a entidade SENAR, sua missão e seus princípios com foco em mostrar sua realização e seu oferecimento da Educação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) por meio de cursos para o produtor e trabalhador rural e cursos de Aprendizagem de Adolescentes Jovens – AAJ.

3.2.2 O SENAR

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR foi criado pela Lei nº 8.315, em 23/12/91. O SENAR é uma entidade de direito privado, paraestatal, mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Integrante do chamado “Sistema S”, tem como função cumprir a missão estabelecida pelo seu

Conselho Deliberativo, composto por representantes do governo federal e das classes trabalhadora e patronal rural (BRASIL, 2013).

O SENAR é titular de contribuições compulsórias, recepcionadas pelo art. 240 da Constituição Federal - CF, oriundas tanto da comercialização de produtos agrossilvipastoris quanto sobre a folha de pagamento de empresas rurais e agroindústrias. Apesar de não integrar a administração pública direta e indireta, presta contas ao TCU, por força do inciso V, do Art. 5º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (BRASIL, 2013).

Os princípios do SENAR são:

a) Organizar, administrar, executar e supervisionar, em todo o território nacional, o ensino da Formação Profissional Rural (FPR) e da Promoção Social (PS) das pessoas do meio rural;

b) Com base nos princípios da livre iniciativa, da economia de mercado e das urgências sociais, aprimorar as estratégias educativas e difundir metodologias para ofertar ações adequadas de FPR e PS ao seu público;

c) Assessorar os governos, federal e estadual em assuntos relacionados com a formação de profissionais rurais e atividades assemelhadas;

d) Expandir parcerias e consolidar alianças públicas e privadas com o objetivo de cumprir a missão institucional;

e) Estimular a pesquisa e garantir o acesso à inovação rural;

f) Fortalecer e modernizar o sistema sindical rural;

g) Aperfeiçoar os mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação de desempenho institucional;

h) Promover a cidadania, a qualidade de vida e a inclusão social das pessoas do meio rural.

O SENAR tem como missão “realizar Educação Profissional Rural (FPR) e Promoção Social (PS) das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do País”. Ao profissionalizar o trabalhador rural e oferecer atividades de promoção social no meio rural, o SENAR contribui efetivamente para o aumento de renda, a integração e ascensão social das pessoas a partir dos princípios de sustentabilidade, produtividade e cidadania, colaborando também para o desenvolvimento socioeconômico do País (BRASIL, 2013).

O SENAR desenvolve e dissemina metodologia educacional própria para a realização da FPR e da PS em todo o Brasil, nos ambientes reais do trabalho rural em todas as dimensões (agroindústrias, laticínios, usinas, pastagens, viveiros, currais, plantações, etc). Essa metodologia é baseada em princípios pedagógicos e andragógicos, referentes à educação de adultos, que primam por estratégias que conjugam teoria e prática, a experiência do educando e a atuação do educador, possibilitando ainda que o participante contextualize e aplique, de forma efetiva e eficaz, as suas competências, tanto nos exercícios laborais quanto na vida em sociedade (BRASIL, 2013).

Os cursos de FPR e PS são ofertados para maiores de 18 anos. O impedimento da participação de menores de 18 anos em alguns cursos do SENAR não decorre de normativa da própria entidade, mas da Convenção nº 182 da OIT – Organização Internacional do Trabalho e do Decreto nº 6.481/2008, que impede o trabalho de adolescentes nas atividades que elenca (Lista TIP), por serem consideradas perigosas, insalubres ou nocivas aos mesmos.

Também a Portaria nº 20 de 2001 do Ministério do Trabalho e Emprego impede que os adolescentes exerçam a maioria das atividades agropecuárias, em virtude das máquinas, insumos e instrumentos perigosos. O posicionamento da Secretaria do Trabalho, do Ministério da Economia, é de que esse impedimento se estende também à participação em cursos profissionalizantes, pelos riscos que os adolescentes estarão expostos, mesmo que em treinamentos.

As ações profissionalizantes desenvolvidas pelo SENAR preparam o produtor e o trabalhador rural para o mercado de trabalho. O objetivo é fazer com que o participante compreenda e saiba interagir com o processo de produção e a cadeia produtiva, sendo capaz de solucionar possíveis problemas de forma criativa e eficiente (BRASIL, 2013).

A formação profissional rural é um processo educativo, sistematizado que se integra aos diferentes níveis e modalidades da educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, objetivando o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes para a vida produtiva e social. Está associada à informação e à orientação profissional, centrada em ocupações reconhecidas no mercado de trabalho rural para a definição das ofertas educativas a serem adequadas ao nível tecnológico dessas ocupações. A FPR assume identidade e características próprias, objetivos profissionalizantes e conteúdos ocupacionais centrados no processo de trabalho,

resultando em ganhos e aumento da produtividade para o produtor e trabalhador rural (BRASIL, 2013).

O SENAR também contribui no atendimento à Lei da Aprendizagem. A aprendizagem no Brasil, regulada pela CLT, passou por um processo de modernização com a promulgação da Lei nº 10.097/2000 e ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005. Surgiu para auxiliar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, possibilitando a primeira experiência trabalhista. Estabeleceu a obrigatoriedade de contratação de 5% a 15% de aprendizes no Quadro de funcionários de empresas de grande e médio porte, por estabelecimento, calculada proporcionalmente sobre o número total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Já no caso das microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e entidades sem fins lucrativos (ESFLs) que tem por objetivo a formação profissional, a contratação é facultativa (MAGALHÃES, 2014).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu capítulo V, que aborda o direito à profissionalização e à proteção do trabalho, dispõe, em seu artigo 60, a proibição de “qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal)” (BRASIL, 1990).

Portanto, a única exceção permitida pelo Ministério da Economia é referente aos cursos de Aprendizagem de Adolescentes Jovens - AAJ, mas isso em razão de que os mesmos têm toda uma estrutura diferenciada de metodologia e execução, tem cadastro e autorização específicos no CNAP, carga horária diferenciada, a turma é exclusiva para adolescentes, são aprendizes nos termos da lei e os materiais didáticos e as atividades práticas são diferenciados.

3.2.2.1 Programa AAJ

O Programa AAJ – Aprendizagem de Adolescentes e Jovens do SENAR-PR tem o objetivo de desenvolver competências profissionais, conforme exigências do mercado empregador. Foi criado obedecendo a Lei 10.097/2000, e é ofertado por entender-se que contribui para a busca/aquisição do primeiro emprego, a elevação da escolaridade e o empreendimento próprio dessas pessoas, bem como para a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado à missão e objetivos do SENAR.

O Programa foi implantado no SENAR PR pela primeira vez no ano de 2010 para a área de Mecânica. Após esse início, o programa cresceu exponencialmente, abrangendo não apenas a Mecânica, mas também outras áreas do Agronegócio como as áreas de Administração, Avicultura e Mecanização (operação de tratores).

A Lei da Aprendizagem (nº 10.097, de 19/12/2000) abre a oportunidade de inserção gradual e monitorada de jovens de 14 a 24 anos incompletos ao mercado de trabalho, advogando em prol da formação profissional conjugada às ações educativas de formação básica, sem prejuízo da escolaridade formal. Esta Lei consolidou dispositivos da Constituição Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De forma geral, o programa de aprendizagem do SENAR foi criado devido às seguintes razões (BRASIL, 2013):

a) demandas específicas feitas por empresas clientes do SENAR, fiscalizadas pelos órgãos governamentais e convocadas a contratarem número de cotistas calculado com base no número de funcionários. Estas empresas buscaram na Administração Regional do SENAR em cada estado a programação necessária à formação do aprendiz contratado, nos moldes descritos na legislação vigente;

b) contatos feitos pelos Órgãos de Inspeção do Trabalho em cada estado, convocando a Administração Regional do SENAR a oferecer programação de Aprendizagem nos moldes da Lei 10.097/00 e Decreto 5.598/2005;

c) contatos feitos no âmbito nacional entre a Administração Central e o MTE e os demais componentes do Sistema S, SENAI, SENAC, SESCOOP e SENAT;

d) a participação nas reuniões extraordinárias e ordinárias do FNAP – Fórum Nacional de Aprendizagem;

Em seguida, o Decreto nº 5.598/05, regulamentou a contratação de aprendizes e deu outras providências. Avançando, a Portaria nº 615, de 13 de dezembro de 2007, criou o Cadastro Nacional de Aprendizagem, destinado à inscrição das entidades qualificadas em formação técnico profissional metódica; e a Portaria nº 1.003, de 4 de dezembro de 2008, fez alterações à anterior e acrescentou informações para a definição da carga horária dos cursos de Aprendizagem em todo país. A Portaria MTE nº - 723, de 23 de abril de 2012, revoga a Portaria nº 615 e define conteúdos mínimos para os programas de aprendizagem, carga horária e proporção entre parte teórica e prática (BRASIL, 2013).

Os programas de Aprendizagem podem contemplar aprendizes contratados pelas empresas contribuintes do SENAR (cotistas) e aqueles que não possuem contrato de trabalho especial com nenhuma empresa (não cotistas) (BRASIL, 2013).

O planejamento curricular das ações da Aprendizagem Rural prevê adaptações pertinentes, adequando-se às peculiaridades regionais do meio rural, bem como se ajustando às reais necessidades e interesses dos aprendizes. Ressalta-se a conveniência de também adequar os conteúdos planejados às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, caso necessário (BRASIL, 2013).

Desta forma, os programas de aprendizagem são divididos em três eixos, que são:

a) **Núcleo Básico:** Compreende o desenvolvimento de competências básicas para o trabalho, sem a terminalidade profissional específica. Os conteúdos devem trabalhar valores pessoais, indispensáveis para o desenvolvimento do aprendiz como cidadão.

b) **Núcleo Específico:** São conteúdos técnico-profissionais próprios de uma ou mais ocupações, respeitando os termos da Portaria nº 88/07 e o Decreto 6481/08. Os conteúdos do Núcleo Específico serão trabalhados com aprofundamento diferenciado, de acordo com as ações desenvolvidas, a idade dos aprendizes e as tarefas profissionais demandadas pelo empregador ou mercado de trabalho local.

c) **Prática Profissional:** A Prática Profissional, conforme a lei, é realizada sob a responsabilidade da empresa e não deve ser compreendida como uma atividade que visa à produção no trabalho, mas sim como uma importante etapa do processo de Aprendizagem e, portanto, deverá ser supervisionada pelo SENAR. Conforme o Decreto 5598/05, na hipótese da Prática Profissional ocorrer na empresa, esta designará um empregado monitor que será responsável pela coordenação de exercícios práticos e acompanhamento das atividades do aprendiz no estabelecimento, conforme o programa de Aprendizagem.

Portanto, o Programa AAJ do SENAR/PR é uma alternativa de grande relevância para o atendimento das empresas quanto ao cumprimento da Lei da Aprendizagem e, ainda, contribui ativamente para a formação dos jovens nos âmbitos pessoal e profissional, refletindo na sociedade como um todo, desenvolvendo competências nos jovens que os tornam cidadãos melhores, além da profissionalização que abre caminhos para a vida dos jovens.

3.3 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é de cunho exploratório, o que segundo Richardson (2017), implica em conhecer de forma mais ampla um assunto para poder propor ações de melhorias e ampliar futuras pesquisas de aprofundamento. O corte foi transversal com os participantes do Programa nos anos entre 2010 e 2019, sem considerar a evolução dos dados no tempo.

O estudo foi realizado com público atendido pelo SENAR –PR. A Figura 1 traz o mapa de atuação do SENAR – PR segundo a distribuição por regionais.

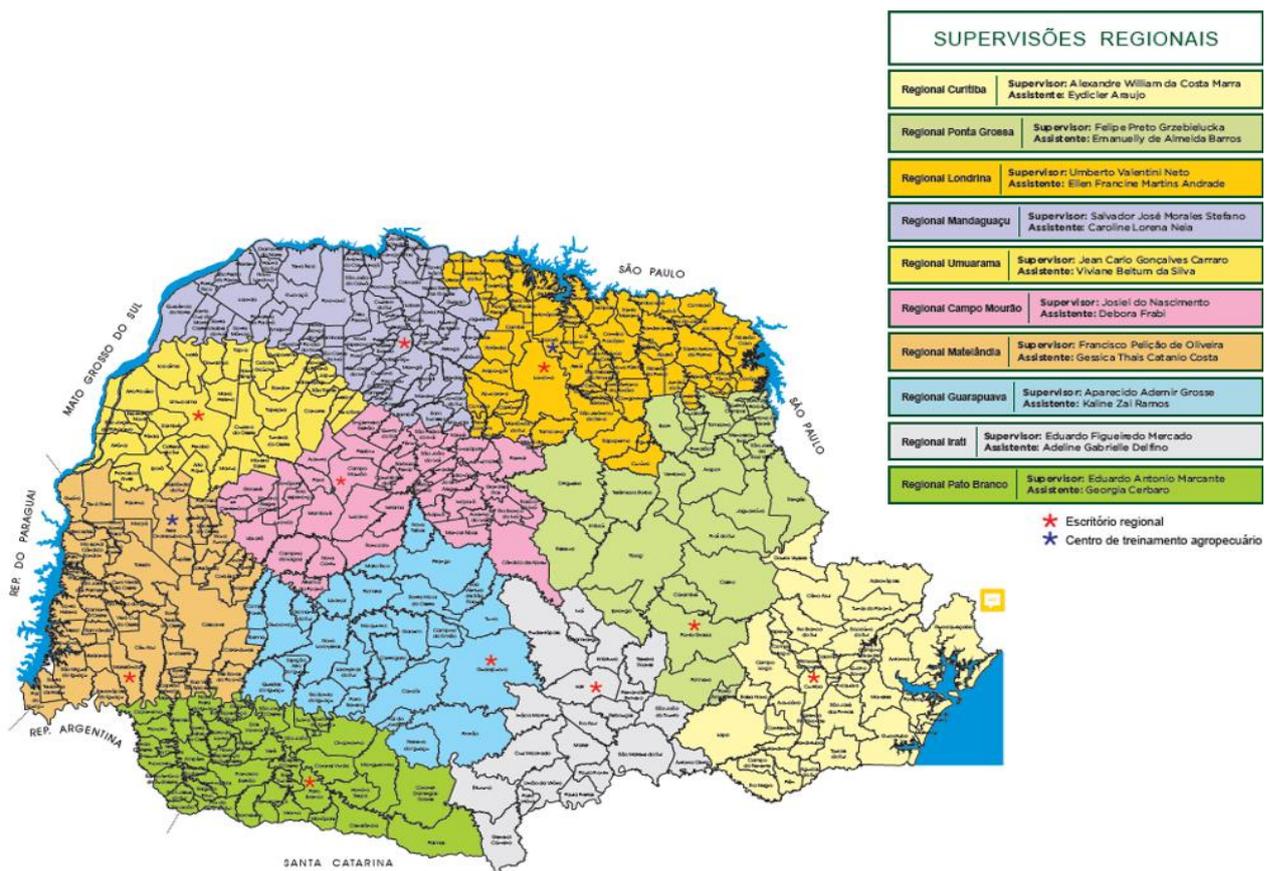


Figura 1. Distribuição das Regionais de atuação do SENAR/PR.
Fonte: (SENAR, 2020).

As regiões de atuação do SENAR – PR são divididas entre as regionais: Regional Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Mandaguçu, Umuarama, Campo Mourão, Matelândia, Guarapuava, Irati e Sudoeste, conforme segmentação do SENAR-PR. O Programa AAJ não atende todas as Regionais, pois depende da demanda de empresas que contatam o SENAR – PR para realizar o programa.

A população pesquisada foi a dos egressos do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR, AAJ - Aprendizagem de Adolescentes e Jovens conforme o Quadro 01.

Quadro 1. População de jovens que concluíram o Programa AAJ no período de 2010 a 2019 e População de jovens participantes da pesquisa no mesmo período

População concluintes		População egressos aceitaram responde	
2010	63	2010	15
2011	179	2011	13
2012	212	2012	18
2013	213	2013	29
2014	239	2014	31
2015	133	2015	26
2016	174	2016	22
2017	137	2017	36
2018	122	2018	43
2019	138	2019	93
	1610		326

Fonte: SENAR 2020.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário (Anexo 1) que possui a seguinte estruturação: as questões de 1 a 15 e 21 a 28 são perguntas com vários tipos de escalas e, nas questões 16 a 20, são utilizadas escalas de contribuição sobre o tema pesquisado.

A coleta de dados foi feita por meio digital, através do Google Forms. Utilizando o banco dados e e-mail da instituição, foi disparado a todos e ficou disponível para ser respondido por 60 dias por meio do seguinte link: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScGdh5fD5085Qemlz7lt7d7PGvmXU4zqeHk5rvH lctl yrHw/viewform?usp=sf_link. A divulgação da pesquisa se deu através do boletim informativo do SENAR PR, das empresas que demandam o AAJ, dos Instrutores do Programa que utilizaram suas redes sociais e rede de contatos para mobilizarem os egressos a participarem da pesquisa. Dos 1.610 responderam ao questionário 326 (20,25%) de retorno, que foram considerados neste estudo.

Os dados foram tratados por porcentagem para as perguntas com escala de opção e para as perguntas abertas, por análise de conteúdo, pelo viés qualitativo.

3.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa AAJ certificou 1.610 jovens no período de 2010 a 2019. Deste total, 20,25% (326 jovens) aceitaram participar espontaneamente desta pesquisa (Quadro 01).

3.4.1 Caracterização geral do Público Pesquisado

Do público total atingido, 240 (73,62%) se identificaram como sendo do sexo masculino, 85 (26,07%) do sexo feminino e 1 (0,003%) participante não respondeu a essa questão. A maior participação do público masculino se dá pelo Programa de Aprendizagem ser voltado ao meio rural, tal como o direcionamento de suas atividades, o que muitas vezes não atrai o público feminino.

Resultado semelhante foi observado por Lic (2019), ao pesquisar a relação da formação profissional com a sucessão geracional entre os jovens rurais. Neste trabalho, ao pesquisar o perfil dos jovens estudantes em um *Campus* do IFRS, a autora observou que 76,6% do seu público pesquisado eram do sexo masculino e 25,4% do sexo feminino. Lic (2019) relatou em seu trabalho, ainda, que se observa diferença entre os gêneros quanto ao interesse dos jovens em permanecer no meio rural, uma vez que a maioria das mulheres afirmaram que não pretendiam permanecer no meio rural.

A idade dos jovens variou entre 15 e 28 anos, sendo que a maior somatória de respostas ficou para os jovens com idade de 20 anos (48 respostas), resultado semelhante também ao observado por Lic (2019). Isso pode ser explicado devido ao fato dessa faixa etária ser um momento em que o jovem está em busca de um emprego e uma colocação na sociedade. De acordo com suas necessidades, essa busca pode ser antecipada, principalmente quando existe a relação com problemas familiares.

Ao analisar a transição da adolescência para a vida adulta a partir da perspectiva dos pais com famílias de classe média do Rio de Janeiro-RJ, Ponciano e Féres-Carneiro (2013) assinalaram que os pais consideram que seus filhos se tornam adultos quando adquirem independência financeira e formação profissional. Isso vem ao encontro com o observado por este trabalho, em que muitas vezes, por

necessidade financeira ou a busca pela formação profissional, os jovens saem em busca de oportunidades.

Ainda, Ramos (2017) destaca que a insegurança em relação ao futuro profissional, ocupações de curto e médio prazo, conquista do primeiro emprego e estabilidade financeira, são fatores que os jovens consideram para o estabelecimento de uma família.

O Quadro 2 apresenta a porcentagem de jovens pesquisados por ano de conclusão do Programa AAJ. Esse resultado corrobora com a procura do Programa por empresas demandantes pois, por força da Lei 10.097/2000 (Lei da Aprendizagem), as empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes na cota de 5% (mínimo) e 15% (máximo), por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional (SINAIT, 2019).

Quadro 2. Porcentagem de indivíduos que participaram da pesquisa distribuídos por ano de conclusão do Programa AAJ

Ano que curso o AAJ	Número de participantes
2010	15 - 4,6%
2011	13 - 4%
2012	18 - 5,5%
2013	29 - 8,9%
2014	31 - 9,5%
2015	26 - 8%
2016	22 - 6,7%
2017	36 - 11%
2018	43 - 13,2%
2019	93 - 28,5%
Total	326 – 100%

Fonte: Questionário (2020).

O maior número de pesquisados participou do Programa AAJ no ano de 2019, perfazendo um total de 28,5% (93 jovens). O ano de menor participação ficou com 11 respostas, que foi 2011, equivalendo a 4% do total. Esse resultado é relacionado com o histórico do programa de oferta de turmas por ano, uma vez que o primeiro ano em que o SENAR - PR ofertou um Programa de Aprendizagem foi em 2010, por demanda de duas empresas do setor avícola, para atender a Lei 10.097/2000. Neste mesmo período, uma empresa do setor sucroenergético também solicitou uma turma de aprendizagem.

Portanto, a partir de 2010, o SENAR – PR passou a ofertar programas de aprendizagem de acordo com a necessidade de seus demandantes. Com o aumento

da demanda a partir de sua criação, o Programa AAJ começou a contar com mais jovens participantes ano após ano desde a oferta de sua primeira turma. Esse histórico do curso justifica os números apresentados pela pesquisa, sendo que, conforme o número de turmas realizadas por ano, obteve-se um maior ou menor número de participantes na pesquisa.

Quanto a ocupação dos jovens participantes do Programa de Aprendizagem do SENAR-PR, a maior participação foi dos aprendizes de Mecânica e Manutenção de Tratores, conforme mostra a Quadro 3.

Quadro 3. Porcentagem de indivíduos que participaram da pesquisa distribuídos por ocupação

Ocupação	Número de Participantes
Administração rural	28 - 8,6%
Avicultura e postura de corte	16 - 4,9%
Classificação de grãos	0 - 0%
Mecânica e manutenção de tratores	272 - 83,4%
Mecanização agrícola	10 - 3,1%

Fonte: Questionário (2020).

A motivação da maior participação dos jovens aprendizes da ocupação Mecânica se deu pelo maior número de turmas realizadas para esta ocupação, uma vez que o maior cliente do SENAR-PR em Programas de Aprendizagem são empresas do Setor Sucroenergético, que buscam capacitar os jovens na área que demandam maior necessidade de mão de obra capacitada. A ocupação Classificação de Grãos não obteve participantes pois a primeira vez que foi ofertada foi no ano de 2020.

Entre 2010 e 2015, o SENAR – PR ofertou o AAJ em duas ocupações: Mecânica CBO 9144 e Avicultura CBO 6233. A partir de 2016, outras empresas começaram a demandar outras ocupações, e atualmente o SENAR – PR atende mais três ocupações: Administração Rural CBO 4110, Mecanização Tratorista Agrícola CBO 6410 e Classificação de Grãos CBO 8484. Portanto, a maior participação dos aprendizes da ocupação Mecânica nesta pesquisa justifica-se pela maior oferta de turmas nessa ocupação, com consequente maior número de egressos.

Outro fator caracterizante do público envolvido nesta pesquisa é o vínculo com o meio rural (Quadro 4), uma vez que a maioria dos respondentes (54,3 %) alegaram não possuir vínculo com o meio rural; em seguida, 20,6% afirmaram seu vínculo com meio rural através da paternidade. A parcela restante ficou caracterizada como neto e filho de produtor rural (12,6% cada um). O Quadro 4 traz essa distribuição.

Quadro 4. Vínculo dos jovens participantes da pesquisa com o meio rural

Sem vínculo com meio rural	Com vínculo com o meio rural			Total
	Filho de produtor rural	Neto de produtor rural	Filho de trabalhador rural	
177 – 54,3%	67 - 20,6%	41 - 12,6%	41 - 12,6%	149 - 45,7%

Fonte: Questionário (2020).

Quando observado os dados sobre o vínculo dos pesquisados com o meio rural, observou-se que mais da metade dos egressos do AAJ (54,3%) afirmaram não possuírem vínculo com o meio rural e, 45,7% afirmaram serem filho ou neto de produtor rural e filho de trabalhador rural.

Porém, após perguntar o vínculo com o meio rural, havia uma pergunta na pesquisa para ser respondida caso o egresso respondesse que não possuía vínculo com o meio rural, nesse caso, para informar em que ocupação os pais trabalhavam. Ao analisar esses dados, 43 respostas foram que os pais trabalham como mecânico agrícola, tratorista, pescadores, lenhadores, motorista agrícola, trabalham em usina, técnico em avicultura, trabalham em frigorífico entre outros.

Esse resultado mostra que os jovens não possuem um conceito definido do que é o vínculo com meio rural, pois foi possível observar que mesmo afirmando que não possuem vínculo com o meio rural, suas famílias desempenham atividades ligadas ao meio rural. Assim, é possível afirmar que a maioria dos pesquisados possuem vínculo com o meio rural, o que lhes falta é um melhor entendimento do que é ser vinculado ao meio rural.

O vínculo dos aprendizes com o meio rural não é fator preponderante nos Programas de Aprendizagem do SENAR – PR, e esse resultado foi observado neste trabalho. O que explica esse resultado é o fato de a maior parte da população estar deixando o meio rural e vivendo no meio urbano, e ainda, a diminuição das pequenas propriedades devido à falta de sucessão familiar rural. Brumer e Spanevello (2008) alegaram que 27% do público feminino e 19% do público masculino entre os jovens, acreditam que ninguém da família pretende permanecer na atividade rural.

Outro fato observado que converge no viés discutido é o fato da diminuição do número de filhos por casal. Berquó e Cavenari (2006) indicam que, entre os anos 1991/2000, ocorreu uma diminuição de 20,9% da fertilidade rural, enquanto no meio urbano essa redução foi de 4,3% no mesmo período. Ainda, Carvalho (2007)

constatou que 30,7% de todas as propriedades rurais não têm registro da presença de jovens em seu interior. Esses acontecimentos justificam diversos episódios no meio rural, como o envelhecimento da população e a diminuição do vínculo dos jovens com o meio rural.

No mesmo viés, independente da relação com o meio rural, os jovens buscam seu primeiro emprego e uma fonte de renda, o que acabam encontrando nas empresas, através dos programas de aprendizes.

Quanto à escolaridade, a maior parte dos pesquisados possui o Ensino Médio (52,1%), seguido do Ensino Superior (33,1%), Ensino Técnico (8,3%), sendo que uma pequena parcela trilhou rumos mais longos e partiram para a Especialização (3,4%) e Doutorado (0,3%). O resultado da maior porcentagem dos pesquisados possuírem o Ensino Médio é devido a faixa etária dos participantes coincidir com o momento que estão nessa etapa do Ensino Regular.

O que chama atenção nesse quesito é que apenas 2,8% (9 entrevistados) pararam de estudar. Isso evidencia a importância do programa de aprendizagem na formação do jovem, seja pela parte pessoal, dado que o núcleo básico estimula o desenvolvimento das competências pessoais do jovem, e o núcleo específico ajuda na profissionalização do jovem e na escolha de uma área para encaminhamento para o ensino superior.

Quanto à participação dos jovens que já concluíram ou estão cursando o ensino superior, foi possível observar relação entre a ocupação do programa de aprendizagem e a escolha da formação superior.

Dos 326 egressos pesquisados, 108 afirmaram sua escolaridade como Ensino Superior, e destes, 29 estão cursando ou já cursaram o ensino superior na área agrária, nos cursos: Agronomia (14), Engenharia Mecânica (4), Engenharia de Produção (4), Engenharia Agrícola (2), Medicina Veterinária (2), Engenharia de Energia (1), Tecnologia em Meio Ambiente (1), Tecnologia em Produção de Grãos (1) e Tecnologia em Gestão do Agronegócio (1).

Ainda, deste grupo do Ensino Superior, 27 foram participantes do AAJ na ocupação Mecânica, 1 na ocupação Mecanização e 1 na ocupação Administração Rural.

Desta forma, é possível mensurar que 26,85% dos egressos do AAJ que foram para o Ensino Superior escolheram a área agrária e, ainda, deste total, 93,10% são egressos da ocupação Mecânica. Fato coincidente com o maior número de turmas

realizadas nesta ocupação e que reforça a efetividade que a ocupação vem alcançando na formação dos jovens.

Foi perguntado aos jovens também qual foi o motivo de ingresso no Programa de Aprendizagem do SENAR – PR: 59,2% afirmaram que estavam em busca de novas oportunidades; 26,4% buscavam uma profissionalização; 8,9% por interesse próprio; e 2,8% foram em busca do AAJ pelo salário. O restante afirmou que foi por indicação de um amigo ou outro motivo.

Esse resultado elucida a necessidade de que o jovem possui na busca por uma oportunidade. Observa-se que 85,6% dos respondentes buscavam oportunidades e profissionalização. Isso vem ao encontro do afirmado por Féres-Carneiro (2013) e Ramos (2017), pois na faixa etária que o jovem ingressa no AAJ, é o momento em que está buscando sua inserção na sociedade e sua autonomia financeira, ou seja, os jovens estão em busca pela independência, e muitas vezes não escolhem algo por afinidade, mas sim uma oportunidade de alcançar sua independência, fato esse que faz parte da transição do jovem para a vida adulta.

Isso reforça a importância do Programa de Aprendizagem do SENAR – PR, pois vem ao encontro dos anseios dos jovens pelo início de sua vida profissional, ofertando uma oportunidade ao jovem para estudar, se profissionalizar e, ainda, obter um retorno financeiro.

3.4.2 Influência do AAJ nas Competências Pessoais dos Jovens

Como 54,3% dos jovens não possuem vínculo com o meio rural e 45,7% possuem vínculo, as análises a seguir serão realizadas de forma comparativa para dar coerência metodológica aos resultados.

O Programa de Aprendizagem do SENAR/PR busca desenvolver as competências pessoais dos jovens, abordando temas de diversas áreas na busca pela amplitude da visão do jovem sobre o mundo como um todo. Neste viés, foi perguntado aos jovens qual a contribuição do AAJ nos seguintes temas: Falar em público; Comunicar-se melhor; Trabalhar em equipe; Liderar equipes e Relacionamentos interpessoais. O resultado é apresentado no Quadro 5.

Quadro 5. Contribuição do Programa de Aprendizagem AAJ no desenvolvimento das habilidades pessoais dos participantes

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
O Quanto o Programa de Aprendizagem contribuiu em relação as suas habilidades pessoais:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Falar em público	1 – 0,67%	13 – 8,72%	2 – 1,34%	55 – 36,91%	78 – 52,35%
Comunicar-se melhor	1 – 0,67%	11 – 7,38%	3 – 2,01%	51 – 34,23%	83 – 55,70%
Trabalhar em equipe	1 – 0,67%	8 – 5,37%	1 – 0,67%	37 – 24,83%	102 – 68,46%
Liderar equipes	3 – 2,01%	11 – 7,38%	10 – 6,71%	53 – 35,57%	72 – 48,32%
Relacionamentos interpessoais	2 – 1,34%	7 – 4,70%	5 – 3,35%	56 – 37,58%	79 – 53,02%
MÉDIA TOTAL	7,78%		2,82%	89,39%	
SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)					
O Quanto o Programa de Aprendizagem contribuiu em relação as suas habilidades pessoais:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Falar em público	2 – 1,13%	10 – 5,65%	4 – 2,26%	51 – 28,81%	110 – 62,15%
Comunicar-se melhor	2 – 1,13%	7 – 3,95%	3 – 1,69%	51 – 28,81%	114 – 64,40%
Trabalhar em equipe	2 – 1,13%	5 – 2,82%	2 – 1,13%	44 – 24,86%	124 – 70,05%
Liderar equipes	2 – 1,13%	7 – 3,95%	7 – 3,95%	61 – 34,46%	100 – 56,50%
Relacionamentos interpessoais	2 – 1,13%	6 – 3,39%	5 – 2,82%	44 – 24,86%	120 – 67,80%
MÉDIA TOTAL	5,08%		2,37%	92,54%	

Fonte: Questionário (2020).

Quanto ao desenvolvimento de habilidades pessoais a contribuição maior está sendo para os sem vínculo com o meio rural 92,54% contra 89,39% para os com vínculo. Os indiferentes foram maiores para os com vínculos 2,82% contra 2,37% para os em vínculos e a baixa contribuição foi maior para os com vínculo 7,78% contra 5,08% para os sem vínculo.

Ambos os grupos concordam que a habilidade pessoal que o programa mais desenvolveu foi trabalhar em equipe. Cacioppo (2002) indica que, a capacidade do indivíduo desenvolver e manter relações duradouras, bem como para sua identidade e participação na comunidade está em aprender a trabalhar em equipe.

As outras habilidades foram desenvolvidas a contento com mais força para os sem vínculo do que para os com vínculo. Lerner *et al.* (2005) corroboram que o desenvolvimento de competências pessoais na adolescência contribui positivamente para a autorrealização do jovem, para a família, para a comunidade e para a sociedade civil. Programas que abordem a qualidade das relações interpessoais podem melhorar substancialmente o desenvolvimento emocional, social, cognitivo e físico da criança e adolescente (GASPAR; MATOS, 2015).

O Quadro 6 traz o resultado da pesquisa quanto a visão dos participantes sobre temas abordados durante o AAJ.

Quadro 6. Contribuição de temas abordados nas aulas do AAJ e sua relação com visão dos jovens sobre eles

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
A partir dos conteúdos e temas abordados nos encontros do AAJ, contribuiu para sua visão sobre:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Importância da capacitação educacional	0 – 0%	8 – 5,37%	0 – 0%	61 – 40,94%	80 – 53,69%
Escolha de uma profissão	4 – 2,68%	7 – 4,70%	9 – 6,04%	59 – 39,60%	70 – 46,98%
Assuntos relacionados a área agropecuária	5 – 3,35%	13 – 8,72%	14 – 9,39%	68 – 45,64%	49 – 32,88%
Fatos que acontecem no mundo	4 – 2,68%	10 – 6,71%	19 – 12,75%	70 – 46,98%	46 – 30,87%
Sustentabilidade rural	2 – 1,34%	10 – 6,71%	8 – 5,37%	59 – 39,60%	70 – 46,98%
MÉDIA TOTAL		8,45%	6,71%		84,83%
SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)					
A partir dos conteúdos e temas abordados nos encontros do AAJ, contribuiu para sua visão sobre:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Importância da capacitação educacional	1 – 0,56%	7 – 3,95%	4 – 2,26%	65 – 36,72%	100 – 56,50%
Escolha de uma profissão	4 – 2,26%	8 – 4,52%	16 – 9,04%	68 – 38,41%	81 – 45,76%
Assuntos relacionados a área agropecuária	3 – 1,69%	16 – 9,04%	16 – 9,04%	83 – 46,89%	59 – 33,33%
Fatos que acontecem no mundo	2 – 1,13%	11 – 6,21%	16 – 9,04%	69 – 38,98%	79 – 44,63%
Sustentabilidade rural	3 – 1,69%	8 – 4,52%	20 – 11,30%	75 – 42,37%	71 – 40,11%
MÉDIA TOTAL		7,12%	8,13%		84,74%

Fonte: Questionário (2020).

Nos quesitos observados no Quadro 6, foi possível observar que os pesquisados sem vínculo com o meio rural afirmaram em maior quantidade a opção “muito contribuiu” para a questão de importância da capacitação profissional (56,50%), quando comparados com os que possuem vínculo com meio rural (53,69%).

Azevedo (2018) afirma que é importante realçar o desenvolvimento do domínio relacional e comportamental no sistema formativo, pois irá repercutir como uma ferramenta útil para lidar com situações futuras no mercado de trabalho, no que diz respeito a comunicação, cooperação, participação e responsabilidade.

A importância do desenvolvimento humano descrito por Azevedo (2018) vem ao encontro do observado no trabalho, pois analisando em conjunto as respostas “contribuiu” e “muito contribuiu”, foi possível constatar um percentual superior a 80%, tanto no público com quanto sem vínculo com meio rural, para todos os itens analisados no Quadro 6.

Outros fatores onde foi possível observar diferenças entre as respostas dos grupos com e sem vínculo foram as questões dos fatos que acontecem no mundo e sustentabilidade no meio rural.

Para a questão “Fatos que acontecem no mundo” e “Sustentabilidade no meio rural”, os sem vínculo com meio rural responderam em maior quantidade na opção “muito contribuiu”.

Esse resultado corrobora com o dito por Boff (2014), de que a sustentabilidade acontece perante o ato de assumir o cuidado e preocupação com o sentimento de responsabilidade universal, ou seja, as atitudes tomadas por cada um representam um todo. O autor ainda firma que a sustentabilidade é tudo que a Terra faz para que um ecossistema não se arruíne.

Mallmann (2019) também afirma que a sustentabilidade influencia diversas áreas do saber, excepcionalmente a educação; devido a isso, é de grande importância desenvolver a consciência dos jovens quanto aos assuntos relacionados a sustentabilidade.

A educação também está ligada com a ética e a cidadania. “A cidadania é uma das grandes questões da educação” (AHLERT, 2007, p. 10) pois, segundo o mesmo autor, a cidadania atua como um exercício prático de responsabilidades e de liberdades aprendidas e desenvolvidas na comunidade em que o indivíduo está inserido. O Quadro 7 traz os resultados relacionados ao desenvolvimento da cidadania dos jovens.

Quadro 7. Contribuição do AAJ no desenvolvimento da cidadania dos jovens

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
Com relação ao desenvolvimento da cidadania, você acredita que o curso contribuiu?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
No conhecimento dos direitos e deveres dos jovens	1 – 0,67%	7 – 4,70%	9 – 6,04%	52 – 34,90%	80 – 53,69%
A pensar mais nas outras pessoas	0 – 0%	6 – 4,03%	5 – 3,35%	59 – 39,60%	79 – 53,02%
A conviver em sociedade	0 – 0%	5 – 3,35%	3 – 2,01%	54 – 36,24%	87 – 58,39%
A valorizar os recursos ambientais disponíveis	0 – 0%	6 – 4,03%	4 – 5,68%	49 – 32,88%	90 – 60,40%
MÉDIA TOTAL	4,19%		3,52%	92,28%	
SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)					
Com relação ao desenvolvimento da cidadania, você acredita que o curso contribuiu?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
No conhecimento dos direitos e deveres dos jovens	2 – 1,13%	8 – 4,52%	2 – 1,13%	54 – 30,51%	111 – 62,71%
A pensar mais nas outras pessoas	2 – 1,13%	5 – 2,82%	4 – 2,26%	45 – 25,42%	121 – 68,36%
A conviver em sociedade	3 – 1,69%	4 – 2,26%	0 – 0%	45 – 25,42%	125 – 70,62%
A valorizar os recursos ambientais disponíveis	2 – 1,13%	6 – 3,39%	2 – 1,13%	47 – 26,55%	120 – 67,80%
MÉDIA TOTAL	4,52%		1,13%	94,35%	

Fonte: Questionário (2020).

Quanto ao desenvolvimento da cidadania, ao questionar os jovens sobre o conhecimento sobre seus direitos e deveres, pensar mais nas outras pessoas, conviver em sociedade e valorizar mais os recursos ambientais. É possível observar que a resposta de maior expressão foi “muito contribuiu” para todos os itens mencionados, nos dois públicos, como pode ser observado no Quadro 7.

Este resultado se mostra positivo em relação a articulação da formação oferecida pelo programa AAJ para a cidadania, e ressalta que o Senar/PR no processo educativo se vincula a cidadania. Ahlert (2007) considera a cidadania como exercício prático dos jovens que transformam a teoria em educação prática na sociedade por meio de sua insolubilidade entre a educação, cidadania e política.

Porém, é possível observar que os pesquisados sem vínculo com o meio rural consideraram uma maior importância nos itens de cidadania quando comparado com os que possuem vínculo com o meio rural. Os indiferentes foram mais presentes no

público sem vínculo, enquanto os que consideraram uma pouca contribuição do tema cidadania pelo AAJ, foram equivalentes entre os dois públicos.

Esse resultado elucida que o Programa vem obtendo efetividade no desenvolvimento de características dos jovens que os remetem a serem cidadãos melhores. Nesta linha, ao obter conhecimento, o jovem consegue analisar e questionar a sociedade em que vive. Freire (1996) afirma que os seres humanos necessitam de liberdade para aprender, compreender, comparar, escolher, decidir, aceitar ou recusar, e todos esses itens citados pelo autor influenciam no desenvolvimento da cidadania dos jovens.

Romão (2020) destaca a necessidade de promover o interesse do jovem ao conhecimento e prática da educação ambiental, levando-o a reflexão e percepção dos conhecimentos já adquiridos, das necessidades de sua profissão e da importância de um aprendizado contínuo para tornar-se não apenas um cidadão, mas também um profissional mais consciente de seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável.

Esse processo social abrange as percepções acerca das questões ambientais (KOPPE; AHLERT; CARNIATTO, 2018, p. 256) é uma das características marcantes educação ambiental pois auxilia a compreensão, apoiada pela ética, do equilíbrio na relação entre a natureza e os seres humanos (PREDIGER; AHLERT, 2019).

Esta busca do equilíbrio entre as atividades antrópicas e a sobrevivência do planeta pode ser desenvolvida no campo (MALLMANN, 2019). Para Romão (2020) a percepção ambiental de um indivíduo ou comunidade está diretamente ligada a forma como são apresentadas as questões ambientais, de forma a fortalecer a cidadania e a participação da comunidade em questões locais. Isso reafirma a importância de se tratar esses assuntos no Programa de Aprendizagem do SENAR – PR, pois está-se contribuindo para uma formação mais sustentável dos jovens envolvidos.

Os resultados da pesquisa também mostraram que o Programa AAJ influencia no comportamento dos jovens em casa (Quadro 8), sendo que a maior parte dos pesquisados dos dois grupos, como “muito contribuiu” e “contribuiu” quando foram perguntados se o AAJ havia alterado seu comportamento em sua casa.

Quando os jovens foram indagados se o AAJ havia mudado sua concepção de mercado de trabalho, melhorado sua postura no trabalho, incentivado a busca por conhecimento na área de formação e incentivado aos estudos na área técnica e

graduação, os resultados foram mais expressivos para o público sem vínculo com o meio rural quando comparado aos que possuem vínculo com o meio rural (Quadro 8).

Para Azevedo (2018), a dificuldade dos jovens em adquirir experiência e a inexistência de uma preparação profissional, devido à ausência de qualificações e ao abandono do sistema educativo, provocam consequências na vida dos jovens, nomeadamente, na construção de obstáculos à sua integração no mercado de trabalho.

O Quadro 8 traz os resultados obtidos pela pesquisa em relação as mudanças na vida pessoal e profissional dos jovens.

Quadro 8. Contribuição do Programa AAJ para mudanças na vida pessoal e profissional dos jovens

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
Você considera que o Programa AAJ contribuiu para mudanças na sua vida pessoal ou profissional?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Alterou meu comportamento em casa	3 – 2,01%	11 – 7,38%	20 – 13,42%	62 – 41,61%	53 – 35,57%
Alterou minha concepção de mercado de trabalho	0 – 0%	5 – 3,35%	3 – 2,01%	67 – 44,97%	74 – 49,66%
Consegui ser contratado pela empresa	14 – 9,39%	11 – 7,38%	33 – 22,15%	31 – 20,80%	60 – 40,27%
Consegui um novo emprego	7 – 4,70%	10 – 6,71%	21 – 14,09%	43 – 28,86%	68 – 45,64%
Agregou na rotina profissional nova postura	3 – 2,01%	7 – 4,70%	10 – 6,71%	56 – 37,58%	73 – 48,99%
Incentivou a buscar por mais conhecimento na área de formação	3 – 2,01%	5 – 3,35%	13 – 8,72%	62 – 41,61%	66 – 44,29%
Incentivou os estudos – área técnica ou graduação	4 – 2,68%	12 – 8,05%	17 – 11,41%	55 – 36,91%	61 – 40,94%
MÉDIA TOTAL	9,11%		11,22%	79,67%	
SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)					
Você considera que o Programa AAJ contribuiu para mudanças na sua vida pessoal ou profissional?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Alterou meu comportamento em casa	4 – 2,26%	8 – 4,52%	18 – 10,17%	70 – 39,55%	77 – 43,50%
Alterou minha concepção de mercado de trabalho	1 – 0,56%	7 – 3,95%	1 – 0,56%	47 – 26,55%	121 – 68,36%
Consegui ser contratado pela empresa	26 – 14,69%	12 – 6,78%	37 – 20,90%	26 – 14,69%	76 – 42,94%
Consegui um novo emprego	12 – 6,78%	7 – 3,95%	25 – 14,12%	43 – 24,29%	90 – 50,85%
Agregou na rotina profissional nova postura	2 – 1,13%	5 – 2,82%	11 – 6,21%	47 – 26,55%	112 – 63,28%
Incentivou a buscar por mais conhecimento na área de formação	5 – 2,82%	7 – 3,95%	21 – 11,86%	45 – 25,42%	99 – 55,93%
Incentivou os estudos – área técnica ou graduação	8 – 4,52%	5 – 2,82%	22 – 12,43%	46 – 25,99%	96 – 54,24%
MÉDIA TOTAL	8,80%		10,89%	80,31%	

Fonte: Questionário (2020).

Um destaque a ser observado nos resultados do Quadro 8 diz respeito à questão da concepção do mercado de trabalho. Neste item, a diferença das respostas “muito contribuiu” entre os públicos foi grande (49,66% com vínculo contra 68,36% sem vínculo). Esse resultado mostra que o AAJ tem contribuído para que os jovens que não conhecem o meio rural, passem a estar informados e preparados para os desafios que o mercado de trabalho impõe no mundo atual.

Azevedo (2018) enfatiza que o desenvolvimento e aplicação de diferentes competências e capacidades permitirão a integração dos jovens no mercado de trabalho.

Alinhado ao que disse o autor, o resultado da pesquisa afirma que a maioria dos jovens considerou que o AAJ contribuiu para sua contratação pela empresa ou conseguiu um novo emprego. E, ainda, os jovens afirmaram que o Programa os ajudou na rotina da empresa e incentivo a buscar mais conhecimento através dos estudos (Quadro 8).

Portanto, é possível afirmar que a educação promovida pelo Programa AAJ tem despertado nos jovens o interesse pela busca do conhecimento, indo ao encontro com o dito por Freire (1983), que a educação é uma resposta da finitude da infinitude, ou seja, a educação abre horizontes para os jovens vislumbrarem novas possibilidades em suas vidas. Ainda, no viés do interesse pela educação observado nos jovens participantes do AAJ, Marshall (1980) diz que uma boa educação gera benefícios indiretos ao trabalhador, fazendo-o mais inteligente, operador, prestativo e confiável no trabalho.

A empregabilidade é algo buscado pelo Programa de Aprendizagem do SENAR – PR, e quando os jovens foram questionados sobre sua contratação pela empresa, os resultados “nada contribuiu”, “pouco contribuiu” e “indiferente” aumentaram significativamente quando comparados a outros fatores pesquisados, tanto para os com quanto para os sem vínculo com o meio rural.

Esse resultado se deve ao fato de que muitas empresas solicitam o AAJ apenas em cumprimento da legislação e não possuem interesse na contratação do jovem, e ainda, muitos jovens não despertam interesse pela área de ocupação, o que acaba acarretando em uma baixa empregabilidade do jovem na área de ocupação que cursou no AAJ.

A empregabilidade é algo muito importante de ser tratado, pois existe uma instabilidade no momento de integração do jovem no mercado de trabalho. Esse fato

se torna mais preocupante quando os jovens não estudam, não trabalham e nem frequentam qualquer tipo de formação, os chamados jovens NEET (*Not in Education, Employment, or Training*) (AZEVEDO, 2018). Esse é um outro fator que fortalece a participação do AAJ na formação dos jovens, auxiliando no desenvolvimento educacional e sua inserção no mercado de trabalho.

De acordo com Martins (2013), os jovens com menor nível de instrução têm três vezes mais probabilidade de se tornar NEET do que os que tem curso superior. Nesta linha, é possível dizer que mesmo com uma baixa empregabilidade na área de ocupação, o AAJ tem contribuído para a inserção do jovem no mercado de trabalho, pois com a educação, o jovem começa a vislumbrar novos caminhos, mesmo que não seja na área de ocupação.

3.4.3 Contribuição da Ocupação do Programa de Aprendizagem

Um fator de grande importância dentro do Programa de Aprendizagem do SENAR – PR é a área de ocupação, pois muitas vezes os jovens podem ter ou não afinidade com a área de ocupação pretendida, e isso tem um fundamento muito importante para os jovens, pois pode despertar seu interesse pela área, ou comprovar sua afinidade com outra área que deve buscar.

Ao questionar os jovens sobre a contribuição do AAJ na continuação na profissão da área de ocupação, os jovens que possuem vínculo com o meio rural tiveram maior número de respostas para a opção “contribuiu” e “muito contribuiu”, quando comparados com os jovens sem vínculo com o meio rural (Quadro 9).

Esse resultado ilustra que a maior parte dos jovens participantes do Programa de Aprendizagem do SENAR – PR possui vínculo com meio rural possui afinidade com o tema da ocupação, e esse resultado reforça a importância da capacitação para profissionalização dos jovens atuantes no meio rural, atrelando o aumento de oportunidades de emprego no meio rural e a melhoria da qualidade da mão de obra oferecida ao meio rural.

Um fator de extrema importância atualmente é a fixação do jovem no meio rural. O desafio se torna ainda maior quando se considera a falta de interesse do jovem pelo campo, ou ainda, a falta de atratividade do campo ao jovem. Esse fato reafirma o que foi dito por Brumer e Spanevello (2008), que alegaram que 27% do

público feminino e 19% do público masculino entre os jovens acreditam que ninguém da família pretende permanecer na atividade rural.

Nesta linha, os pesquisados que possuem vínculo com o meio rural têm despertado maior interesse pelo trabalho na área rural quando comparados aos que não possuem vínculo (Quadro 9).

O Quadro 9 traz a contribuição da ocupação do AAJ no desenvolvimento profissional dos jovens.

Quadro 9. Contribuição da ocupação do AAJ no desenvolvimento profissional dos jovens

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
No que diz respeito a ocupação do curso AAJ, pode-se dizer que contribuiu de alguma maneira:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Na continuação na profissão da ocupação	11 – 7,38%	11 – 7,38%	20 – 13,42%	56 – 37,58%	51 – 34,23%
A interessar-se pelo trabalho na área rural	4 – 2,68%	13 – 8,72%	24 – 16,11%	54 – 36,24%	54 – 36,24%
Na escolha de um curso superior na área da profissão da ocupação	7 – 4,70%	13 – 8,72%	28 – 18,79%	58 – 38,92%	43 – 28,86%
MÉDIA TOTAL	13,20%		16,11%	70,69%	
SEM VÍNCULO (177 – 57,3%)					
No que diz respeito a ocupação do curso AAJ, pode-se dizer que contribuiu de alguma maneira:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Na continuação na profissão da ocupação	10 – 5,65%	17 – 9,60%	43 – 24,29%	46 – 25,99%	61 – 34,46%
A interessar-se pelo trabalho na área rural	11 – 6,21%	19 – 10,73%	46 – 25,99%	49 – 27,68%	52 – 29,38%
Na escolha de um curso superior na área da profissão da ocupação	12 – 6,78%	19 – 10,73%	44 – 24,86%	40 – 22,60%	62 – 35,02%
MÉDIA TOTAL	16,57%		25,05%	58,38%	

Fonte: Questionário (2020).

De maneira geral, quando se diz respeito a ocupação do AAJ, a continuação na profissão da ocupação, interesse pela área rural e escolha de um curso superior na área da ocupação, os pesquisados que possuem vínculo tem se destacado em relação aos que não possuem vínculo (70,69% dos que possuem vínculo assinalaram “contribuiu” e “muito contribuiu”, contra 58,38% dos sem vínculo).

Esse resultado traz novas vertentes a serem discutidas, uma vez que o Programa de Aprendizagem do SENAR PR tem contribuído então para que os jovens que possuem ligação ao meio rural despertem interesse pela continuidade de alguma

atividade relacionada ao meio rural, desta forma, ajudando na fixação das gerações mais jovens no meio rural.

3.4.5 Quanto a Metodologia Utilizada pelo Programa AAJ

A metodologia utilizada pelo Programa de Aprendizagem do SENAR – PR é baseada em metodologias ativas, que envolvem o jovem e o fazem protagonista do seu aprendizado, fazendo com que o instrutor atue como um mediador do conhecimento que o jovem deve desenvolver.

A metodologia ativa atua justamente nesse sentido. Um dos principais objetivos dessa modalidade de ensino é incentivar cada aluno a aprender de forma autônoma e participativa — contando com o auxílio do meio digital e da tecnologia para fazer suas próprias pesquisas e descobertas. Mas, evidentemente, sempre contando com o auxílio e direcionamento dos professores.

Segundo Viegas (2019), “metodologias ativas são modelos de ensino que visam a desenvolver a autonomia e a participação dos alunos de forma integral. Com isso, as práticas pedagógicas são beneficiadas e todo o processo educativo é melhorado”.

Na educação por metodologias ativas, os estudantes são protagonistas da construção da aprendizagem, e são abertos a estudos que não se restringem aos da sala de aula, mas aos de outros ambientes que possam buscar por si só. A intenção da metodologia ativa é a interação, criatividade, pensamento crítico, dentre outros, ou seja, aulas dinâmicas onde o professor atua apenas como um mediador da aprendizagem, instigando os alunos a irem em busca das respostas (SUPERA, 2019).

De acordo com os resultados observados, a metodologia do AAJ tem feito a diferença na aprendizagem dos jovens, uma vez que em todas as atividades descritas no Quadro 10, a opção “muito contribuiu” foi superior a 50% das respostas, corroborando com dito por Veiga (2019), de que a metodologia ativa desenvolve a autonomia e participação dos alunos, e acontecendo isso, todo processo educativo é melhorado.

Para Azevedo (2018), existe a necessidade de os jovens trabalharem em grupo, de forma a exporem suas ideias, praticarem a construção de diálogo com o outro através de metodologias interativas como apresentação de trabalhos, debates ou outras atividades que promovam a iniciativa dos jovens nas tarefas que

desempenham, de forma a adequar-se a um determinado contexto de trabalho, demonstrando comportamento assíduo e pontual, fato esse observado no curso de aprendizagem do SENAR – PR.

O Quadro 10 traz as atividades desenvolvidas durante as aulas do Programa AAJ.

Quadro 10. Atividades desenvolvidas durante o Programa AAJ que mais contribuíram para o aprendizado dos jovens

COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					
Das aulas ministradas no Programa qual você considera as que mais contribuiu para o seu aprendizado?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Atividades lúdicas e dinâmicas	1 – 0,67%	3 – 2,01%	3 – 2,01%	63 – 42,28%	79 – 53,02%
Trabalho em grupo	0 – 0%	5 – 3,35%	2 – 1,34%	42 – 28,19%	100 – 67,11%
Aulas demonstrativas fora da sala de aula	1 – 0,67%	4 – 2,68%	3 – 2,01%	41 – 27,52%	100 – 67,11%
Gincanas	1 – 0,67%	3 – 2,01%	8 – 5,37%	60 – 40,27%	77 – 51,68%
Assuntos abordados em sala de aula	1 – 0,67%	4 – 2,68%	4 – 2,68%	49 – 32,88%	91 – 61,07%
Pesquisas e trabalhos para apresentação em sala de aula	1 – 0,67%	6 – 4,03%	2 – 1,34%	43 – 28,86%	97 – 65,10%
Projetos de ação cidadã	2 – 1,34%	7 – 4,70%	7 – 4,70%	56 – 37,58%	77 – 51,68%
Projeto jovem em ação	1 – 0,67%	8 – 5,37%	7 – 4,70%	48 – 32,21%	85 – 57,05%
Projeto educação ambiental	0 – 0%	7 – 4,70%	4 – 2,68%	55 – 36,91%	83 – 55,70%
Projeto gincana educacional	1 – 0,67%	8 – 5,37%	10 – 6,71%	54 – 36,24%	76 – 51,00%
Projeto trabalho de conclusão de aprendizagem	0 – 0%	5 – 3,35%	2 – 1,34%	52 – 34,90%	90 – 60,40%
Visita interna nos setores da empresa	0 – 0%	5 – 3,35%	0 – 0%	44 – 29,53%	100 – 67,11%
Visita técnica externa	0 – 0%	5 – 3,35%	4 – 2,68%	49 – 32,88%	91 – 61,07%
MÉDIA TOTAL		4,08%	2,89%		93,03%
SEM VÍNCULO (177 - 57,3%)					
Das aulas ministradas no Programa qual você considera as que mais contribuiu para o seu aprendizado?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Atividades lúdicas e dinâmicas	2 – 1,13%	6 – 3,39%	1 – 0,56%	53 – 29,94%	115 – 64,97%
Trabalho em grupo	1 – 0,56%	5 – 2,82%	1 – 0,56%	34 – 19,21%	136 – 76,83%
Aulas demonstrativas fora da sala de aula	2 – 1,13%	8 – 4,52%	5 – 2,82%	35 – 19,77%	127 – 71,75%
Gincanas	3 – 1,69%	6 – 3,39%	8 – 4,52%	52 – 29,38%	108 – 61,02%
Assuntos abordados em sala de aula	1 – 0,56%	7 – 3,95%	3 – 1,69%	49 – 27,68%	117 – 66,10%
Pesquisas e trabalhos para apresentação em sala de aula	1 – 0,56%	6 – 3,39%	4 – 2,26%	55 – 31,07%	111 – 62,71%
Projetos de ação cidadã	2 – 1,13%	5 – 2,82%	18 – 10,17%	62 – 35,02%	90 – 50,85%
Projeto jovem em ação	2 – 1,13%	8 – 4,52%	12 – 6,78%	54 – 30,51%	101 – 57,06%
Projeto educação ambiental	1 – 0,56%	5 – 2,82%	10 – 5,65%	61 – 34,46%	100 – 56,50%
Projeto gincana educacional	4 – 2,26%	8 – 4,52%	14 – 7,91%	57 – 32,20%	94 – 53,11%
Projeto trabalho de conclusão de aprendizagem	1 – 0,56%	6 – 3,39%	3 – 1,69%	51 – 28,81%	116 – 65,54%
Visita interna nos setores da empresa	2 – 1,13%	5 – 2,82%	8 – 4,52%	45 – 25,42%	117 – 66,10%
Visita técnica externa	5 – 2,82%	5 – 2,82%	11 – 6,21%	48 – 27,12%	108 – 62,58%
MÉDIA TOTAL		4,65%	4,26%		91,09%

Fonte: Questionário (2020).

Quando comparados os que possuem com os que não possuem vínculo com o meio rural, o primeiro grupo demonstrou um resultado mais positivo em relação a metodologia utilizada no Programa AAJ (93,03% das respostas foram “contribuiu” e “muito contribuiu” para os que possuem vínculo com meio rural contra 91,09% dos que não possuem vínculo com o meio rural). Porém, é possível afirmar que para ambos os públicos, as atividades metodológicas desenvolvidas no AAJ têm feito a diferença para o desenvolvimento dos jovens envolvidos.

O Quadro 11 traz as atividades que mais marcaram os jovens no Programa AAJ.

Quadro 11. Atividades que mais marcaram os jovens no Programa AAJ

	COM VÍNCULO (149 – 45,7%)			SEM VÍNCULO (177 – 57,3%)		
	MARCOU	NÃO MARCOU	NÃO ME LEMBRO	MARCOU	NÃO MARCOU	NÃO ME LEMBRO
Atividades e dinâmicas	147 – 98,66%	1 – 0,67%	1 – 0,67%	172 – 97,17%	1 – 0,56%	4 – 2,26%
Socialização com colegas	146 – 97,99%	1 – 0,67%	2 – 1,34%	176 – 99,43%	0 – 0%	1 – 0,56%
Aulas demonstrativas fora de sala de aula	141 – 94,63%	5 – 6,35%	3 – 2,01%	169 – 95,48%	3 – 1,69%	5 – 2,82%
Visitas técnicas (viagens)	134 – 89,93%	7 – 4,70%	8 – 5,37%	155 – 87,57%	16 – 9,04%	6 – 3,39%
Projetos	138 – 92,62%	4 – 2,68%	7 – 4,70%	173 – 97,74%	2 – 1,13%	2 – 1,13%
Assuntos abordados em sala de aula	142 – 95,30%	3 – 2,01%	4 – 2,68%	172 – 97,17%	0 – 0%	5 – 2,82%
Pesquisas e trabalhos para apresentação em sala de aula	141 – 94,63%	6 – 4,03%	2 – 1,34%	170 – 96,04%	3 – 1,69%	4 – 2,26%
Vínculos com o instrutor	146 – 97,99%	0 – 0%	3 – 2,01%	169 – 95,48%	3 – 1,69%	5 – 2,82%
Ambiente em sala de aula	142 – 95,30%	4 – 2,68%	3 – 2,01%	168 – 94,91%	4 – 2,26%	5 – 2,82%
Vínculos criados com colegas de sala	145 – 97,31%	2 – 1,34%	2 – 1,34%	173 – 97,74%	1 – 0,56%	3 – 1,69%
MÉDIA TOTAL	95,44%	2,21%	2,35%	95,87%	1,86%	2,26%

Fonte: Questionário (2020).

As informações obtidas com o Quadro 11 reforçam a necessidade de trabalhar as metodologias ativas, pois os resultados expressivos na opção “marcou” afirmam categoricamente a necessidade um ensino baseado no protagonismo, autonomia e diversificação de atividades trabalhadas para o desenvolvimento de uma educação que estimule o jovem a buscar novos horizontes (VEIGA, 2019).

O resultado de todo o trabalho desenvolvido se efetiva quando os jovens respondem se se consideram preparados para o mercado de trabalho após a conclusão do Programa de Aprendizagem do SENAR – PR (Quadro 12).

Nesta linha, os jovens participantes do AAJ que não possuem vínculo com o meio rural se consideram mais preparados para o mercado de trabalho (70,06% afirmam que estão preparados). Para os jovens com vínculo com o meio rural, a resposta “muito preparado” ficou em 63,09% (Quadro 12).

Quadro 12. Opinião dos pesquisados quanto ao seu preparo para o mercado de trabalho após a Conclusão do AAJ

	Você se considera preparado para o mercado de trabalho após a conclusão do curso de Aprendizagem de que forma?	
	COM VÍNCULO (149 – 45,7%)	SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)
Muito	94 – 63,09%	124 – 70,06%
Razoavelmente	51 – 34,23%	50 – 28,25%
Pouco	4 – 2,68%	3 – 1,69%
Nada	0 – 0%	0 – 0%

Fonte: Questionário (2020).

Uma das possíveis explicações, também vista nos estudos de Koppe, Ahlert e Carniatto (2018), está ligada à realidade social dos participantes. Esses autores, ainda, apontam a falta de recursos como uma das principais dificuldades para obterem uma compreensão mais aprofundada, e até mesmo, impedir a conexão entre os conteúdos e a realidade social dos participantes.

Stelmach (2011) ressalta que em virtude das várias realidades rurais no contexto global alguns problemas são comuns e afetam países em desenvolvimento, e podem ser observados também em países de capitalismo avançado. Além disso, para Irvin (2011) a pobreza acentua as dificuldades e o abandono escolar.

O Quadro 13 traz o resumo dos resultados obtidos na pesquisa.

Quadro 13. Resumo dos resultados

Fatores pesquisados	COM VÍNCULO (149 - 45,7%)					SEM VÍNCULO (177 – 54,3%)				
	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Habilidades pessoais	1,07%	6,71%	2,82%	33,82%	55,57%	1,13%	3,95%	2,37%	28,36%	64,18%
Conteúdos	2,01%	6,44%	6,71%	42,55%	42,28%	1,47%	5,65%	8,13%	40,68%	44,07%
Conseguir Ocupação	4,92%	8,28%	16,11%	37,58%	33,11%	6,21%	10,36%	25,05%	25,42%	32,96%
Desenvolver cidadania	0,17%	4,02%	3,52%	35,91%	56,37%	1,27%	3,25%	1,13%	26,98%	67,37%
Aprendizado	0,46%	3,61%	2,89%	33,87%	59,16%	1,17%	3,48%	4,26%	28,51%	62,58%
Vida pessoal e profissional	3,26%	5,85%	11,22%	36,05%	43,62%	4,68%	4,12%	10,89%	26,15%	54,16%
MÉDIA TOTAL	7,80%		7,21%	84,98%		7,79%		8,64%	83,57%	

Fonte: Questionário (2020).

Ao analisar o Quadro 13, é possível afirmar que o AAJ tem contribuído para o desenvolvimento dos jovens que possuem vínculo com o meio rural e dos jovens que não possuem vínculo.

Para ambos os grupos, a maior contribuição do AAJ tem sido no desenvolvimento das habilidades pessoais, no desenvolvimento da cidadania e aprendizado. Para conseguir ocupação, os jovens com vínculo rural têm obtido melhores resultados do que os sem vínculo rural.

Cabe destaque que, apesar da metodologia do curso ser bem contributiva, os jovens, de forma geral, têm dificuldade em conseguir emprego na área de ocupação devido à baixa taxa de contratação das empresas.

O estudo também demonstrou que o Programa AAJ está atraindo tanto jovens com ou sem vínculo com o meio rural, o que demonstra que os investimentos realizados são validados pelo impacto que estão trazendo para a vida dos envolvidos, em muitos aspectos.

O Quadro 14 traz informações do banco de dados interno do SENAR PR, onde é possível observar qual a área de cursos de maior demanda pelos egressos do AAJ entre os anos de 2011 a 2019.

Quadro 14. Procura de cursos do SENAR PR por área após conclusão do Programa de Aprendizagem

Ano	Área de Informática	Pecuária de Leite	Administração de Empresas Agrossilvipastoris	Mecanização Agrícola	Outros
2011	21	89	80	9	39
2012	82	49	79	14	32
2013	96	22	104	15	15
2014	243	21	179	27	28
2015	74	45	31	42	33
2016	185	95	63	33	25
2017	183	66	92	39	50
2018	172	90	53	50	39
2019	106	-	11	27	53
Total	1.062	477	692	256	314

Fonte: SENAR PR.

É possível observar que a área de maior demanda por cursos dos egressos do AAJ é a área de informática. A área de Mecanização Agrícola fica bem aquém das demais áreas, mesmo sendo a área de ocupação que acontece a grande maioria das turmas de aprendizagem.

Esse resultado pode contribuir para a continuidade desta pesquisa, pois através deste é possível observar qual a tendência de estudo dos jovens após o término do AAJ, e desta forma estar direcionando as próximas turmas para essas áreas e até mesmo aumentando a oferta do AAJ em demais áreas de ocupação.

3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição do programa de aprendizagem do SENAR/PR na formação de jovens do meio rural está atrelada a metodologias ativas de ensino em que o protagonista é o aluno, e o professor é um mediador do conhecimento. O estudo possibilitou afirmar que o Programa AAJ tem crescido ao longo dos anos, chegando em 2019 com o maior número de participantes.

Os jovens pesquisados apresentaram perfil com e sem vínculo com o meio rural, porém foi possível identificar que muitos desses jovens que afirmaram não terem vínculos possuem ligações por meio de seus familiares com atividades rurais. E foi possível detectar que muitos jovens participam desse programa para a busca do primeiro emprego e uma profissionalização, porém a maioria dos concluintes não seguiram a área de ocupação do curso após o seu término.

Em relação a caracterização da educação profissional no meio rural e sua relação com o desenvolvimento rural sustentável, foi possível observar que por meio da capacitação básica no nível de formação inicial e continuada do SENAR/PR os jovens se envolveram em projetos com ações sociais e ambientais, o que mostra a contribuição do programa na sustentabilidade rural, com foco na valorização de recursos ambientais disponíveis e a prática da cidadania, como conviver em sociedade e pensar mais nas outras pessoas.

Foi possível concluir que o Programa AAJ tem estimulado um desenvolvimento maior das competências pessoais do que das profissionais dos jovens, pois o trabalho trouxe resultados que apontam para um maior desenvolvimento das capacidades de comunicação, trabalho em equipe, liderança e relações interpessoais dos jovens.

Desta forma, fica claro que o programa avaliado nessa pesquisa tem papel preponderante na formação profissional dos jovens, porém existe um gargalo a ser sanado, especificamente na empregabilidade e no estímulo aos jovens para permanecerem empregados na área de ocupação em que foram formados.

Sugere-se para trabalhos futuros, a continuidade de avaliação do programa para o redirecionamento, buscando acompanhar as mudanças dos objetivos profissionais dos jovens e desenvolvimento de competências necessárias para ingressarem no mercado de trabalho.

3.6 REFERÊNCIAS

AHLERT, A. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. 2 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. – (Coleção fronteiras da educação).

AHLERT, Alvorí. Interdependências entre educação, ética e cidadania para uma formação emancipadora e libertadora **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca, n. 12, novembro, 2007, pp. 1-21.

AHLERT, I.; AHLERT, A. Sustentabilidade e espiritualidade: experiências de educação ambiental na educação básica. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 45, n. 02, p. 73-89| Jul./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/3778/0> Acesso em:

AZEVEDO, Ana Rita Carneiro. **O papel dos cursos de aprendizagem na construção de um futuro para os jovens**. 2018.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 74, p. 11-15, 2006.

BOFF, Leonardo, A ética e a formação de valores na sociedade. **Rev. Reflexão**. Instituto Ethos. Ano 4, nº 11, outubro de 2003.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: O que é - O que não é. 3ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2014.

BONFIM, Renato M. FILHO, Hildo M.de S. Oportunidades e desafios para a inserção de pequenos produtores em mercados modernos. In. CAMPOS, Silvia K, NAVARRO, Zander (Org.) **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** CGEE, Brasília: 2013. p. 71 a 100.

BRASIL. Constituição Federal – CF. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília em 22 de Setembro de 1988.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. 2013.

BRASIL. DECRETO Nº 5.598. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília em 1 de dezembro de 2005.

BRASIL. DECRETO Nº 6.481. Regulamenta os artigos 3º, alínea “d”, e 4º da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação, aprovada pelo Decreto Legislativo no 178, de 14 de dezembro de 1999, e promulgada pelo Decreto no 3.597, de 12 de setembro de 2000, e dá outras providências. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília em 12 de junho de 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.315. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1991.

BRASIL. Lei nº 8.443. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 de julho de 1992.

BRASIL. Lei nº 10.097. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 20** de 13 de Setembro de 2001. Disponível em: <<http://www.asam.org.br/imagens/dados/portaria20.pdf>>. Acesso em: 31/05/2021.

BRUMER, A. SPANEVELLO, R. M. **Jovens Agricultores da Região Sul do Brasil**. Porto Alegre. UFRGS, 2008.

CALAZANS, M. J. C. Para compreender a educação do estado no meio rural: traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J.; DAMACENO, M. N. (Coords.). **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.

CACIOPPO, J. (2002). Social neuroscience: understanding the pieces fosters understanding the whole and vice versa. **American Psychologist**, 57, 819-31. doi:org/10.1037/0003-066X.57.11.819.

CALDART, R. S. Educação do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 259-267.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANAL RURAL. **Saiba quais são os desafios do jovem do campo**. Disponível em: <<https://www.canalrural.com.br/noticias/saiba-quais-sao-desafios-jovem-campo-72114/>>. Acesso em: 12 de jul, 2020.

CARVALHO, Vera Regina Ferreira. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 2007.

COAGRI. A escola no campo. **Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 38, p. 32-36, abr./set. 1982.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9ª ed. São Paulo. Gaia. 2004.

DIAMOND, Jared. **Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso**. RAPOSO, Alexandre (trad.). Rio de Janeiro/ São Paulo, 5ª ed. Ed. Record: 2007.

FOGUESATTO, C. R.; MACHADO, J. A. D. A tomada de decisão dos jovens no processo migratório rural-urbano no Brasil: panorama entre 1970 e 2010. **Enciclopédia Biosfera, Goiania**, v.11, n.21, p.2793-2802, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASPAR, Tânia; MATOS, Margarida Gaspar de. “Para mim é fácil”: Escala de avaliação de competências pessoais e sociais. **Psicologia, saúde & doenças**, v. 16, n. 2, p. 195-206, 2015.

GRITTI, S. M. Educação profissional rural: formação técnica. **Educação**, v. 33, n. 1, p. 127-140, 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1171/117117388009.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2020>.

IRVIN, M. J. et al. Relationship of school context to rural youth's educational achievement and aspirations. **Journal of Youth and Adolescence**, New York, v. 9, n. 40, p. 1225–1242, 2011.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. Mathilde E. Orth. 7.ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

Lerner, R., Almerigi, J., Theokas, C. & Lerner, J. (2005). Positive Youth Development. **Journal of Early Adolescence**, 25, 10-16. doi:org/ 10.1177/0272431604273211

LIC, Graziela Corazza. Formação profissional e a relação com a sucessão geracional entre jovens rurais, Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17, n. 2, p. 1-34, 2019.

KOPPE, Marise; AHLERT, Alvor; CARNIATTO, Irene. O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO CURRÍCULO ESCOLAR. **Revista GeoPantanal**, v. 13, n. 24, p. 251-268, 2018.

MAGALHÃES, E. R. **Lei da Aprendizagem**. 2014. Disponível em: <https://ellenm.jusbrasil.com.br/artigos/114420840/lei-de-aprendizagem>. Acesso em: 17 de abril de 2020.

MALLMANN, Adaiana *et al.* Desenvolvimento rural sustentável e educação ambiental: entre o discurso e a prática do programa “Agrinho”. 2019.

MARTINS, Raquel (2013), **Portugal já tem quase meio milhão de jovens que não estudam nem trabalham**, Público. [Em linha]. Disponível em <https://www.publico.pt/2013/11/24/portugal/noticia/portugal-ja-tem-quase-meiomilhao-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-1613702>.

PONCIANO, E. L. T.; Féres-Carneiro, T. Relação pais-filhos na transição para a vida adulta, autonomia e relativização da hierarquia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 27(2), 388- 397, 2013. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/1678-7153.201427220>.

PREDIGER, Caroline Luzia; AHLERT, Alvorí. Ética e Educação Ambiental: Lugares Privilegiados na Apicultura. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 23, n. 1, p. 70-78, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17921/1415-6938.2019v23n1p70-78>

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. **Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo**. Anais do I Circuito Debates Acadêmicos, n. 47, 2011. Disponível em: <http://ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo20.pdf>. Acesso em: 12 de abril de 2020.

RAMOS, Cristina Vanessa Paiva. **A relação trabalho-família: as condições de vida e de trabalho influenciam a qualidade do ambiente educativo familiar?: estudo exploratório em articulação com Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gondomar**. 2017. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, M. Educação rural. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B. ; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G., (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, pp. 295-301.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social – Métodos e Técnicas**. 4. Ed. Atual. São Paulo: Atlas, 2017.

ROMAO, Erica Leonor et al. Percepção ambiental de alunos de graduação em engenharia sobre a importância da Educação Ambiental. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 1, p. 194-208, 2020.

SACHS, Ignacy. Brasil 2022: Terra da Boa Esperança? **Revista Tempo do Mundo**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: V. 1, nº 1. p.75 – 95. Dez. 2009

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 1993.

SEDUC – Secretaria de Educação. **Educação do Campo**. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-do-campo/>. Acesso em 10 jul, 2020.

SINAIT. Manual da aprendizagem profissional: o que é preciso saber para contratar o aprendiz / Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. – Brasília: SINAIT, 2019.

SOARES, Ângela; NEVES, Jonas Anderson. REFLEXÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 1, 2018.

STELMACH, Bonnie L. A Synthesis of International Rural Education Issues and Responses, *Rural Educator*, 2011. **Rural Educator**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 11, 2011. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ987606>. Acesso em: 16 ago. 2020.

STRASSBURGER, N. C. et al. EXTENSÃO, TURISMO, JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL: análise e discussões realizadas no GT 9 In: ZONIN, W. J.; NEUKIRCHEN, L. C. (Orgs.). **Interdisciplinaridade sem fronteiras: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais na América Latina**. Curitiba: CRV, 2020.

SUPERA. **O Que é Metodologia Ativa?**. 4 de fev, de 2019. Disponível em: <<https://superaparaescolas.com.br/o-que-e-metodologia-ativa/>>. Acesso em 23 de Ago, 2020.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. **Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil**. Scielo. Print version ISSN 1518-7012 On-line version ISSN 1984-042X. Interações (Campo Grande) vol.19 no.4 Campo Grande Oct./Dec. 2018. <https://20435/inter.v19i4.1768>. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151870122018000400789>. Acesso em: 10 de jun, 2020.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008. 220 p.

VIEGAS, Amanda. **Metodologias Ativas: Como essa tendência pode beneficiar as práticas pedagógicas?** 7 de fev, de 2019. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/metodologias-ativas-como-essa-tendencia-pode-beneficiar-as-praticas-pedagogicas/#:~:text=As%20metodologias%20ativas%20s%C3%A3o%20modelos,o%20processo%20educativo%20%C3%A9%20melhorado.>>. Acesso em, 23 de Ago, 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15#_ftn6>. Acesso em: 05 de jun, 2020.

ZAGO, NADIR. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>

3 CONCLUSÕES GERAIS

No primeiro capítulo foi enfatizado que a educação profissional pode ter um forte vínculo com a educação no campo e ambiental. Esse vínculo pode fortalecer o desenvolvimento sustentável rural e a conservação da cultura camponesa. Neste viés, o SENAR se torna uma das instituições formadoras para permanência dos jovens no campo por meio da sua missão de levar qualificação básica no nível de formação inicial e continuada.

O presente trabalho, através da construção de dois capítulos, permitiu analisar a contribuição do Programa de Aprendizagem AAJ do SENAR-PR no desenvolvimento das competências pessoais e profissionais dos jovens envolvidos. Ficou claro que a educação é fator preponderante para o desenvolvimento rural sustentável.

As principais contribuições destacadas nesta pesquisa foram em relação as habilidades pessoais, os conteúdos abordados, e, além disso, o desenvolver da cidadania e aprendizado geral. Ainda, estas contribuições são vistas na vida pessoal e postura profissional dos jovens, tanto para os que afirmaram não terem vínculos com o meio rural.

Com os resultados obtidos, é possível afirmar que o Programa AAJ tem crescido ao longo do tempo, e tem atraído tanto jovens com e sem vínculo com o meio rural em busca de sua primeira oportunidade de profissionalização.

O estudo contribuiu com a instituição no sentido de avaliar o programa como um todo para obter, de forma científica, informações fidedignas para que se compreenda onde se deve direcionar os recursos para aumentar a sua efetividade.

O estudo não se esgota e outra contribuição foi o instrumento de avaliação que a instituição poderá utilizar ou atualizar no futuro, em busca de manter uma avaliação contínua para a sustentabilidade de um programa tão importante para a comunidade.

ANEXO I

Questionário utilizado na pesquisa.

1. Nome do Egresso:

2. Sexo:

<input type="checkbox"/> Feminino
<input type="checkbox"/> Masculino
<input type="checkbox"/> Sem resposta

3. Idade:

4. Endereço Completo:

5. Em que ano você realizou o programa de Aprendizagem:

<input type="checkbox"/> 2010	<input type="checkbox"/> 2011	<input type="checkbox"/> 2012	<input type="checkbox"/> 2013	<input type="checkbox"/> 2014
<input type="checkbox"/> 2015	<input type="checkbox"/> 2016	<input type="checkbox"/> 2017	<input type="checkbox"/> 2018	<input type="checkbox"/> 2019

6. Em qual Município você cursou o Programa de Aprendizagem?

7. Qual foi a Ocupação em que fez o Programa de Aprendizagem?

<input type="checkbox"/> Mecânica e Manutenção de tratores
<input type="checkbox"/> Avicultura de Postura e Corte
<input type="checkbox"/> Mecanização Agrícola
<input type="checkbox"/> Administração Rural
<input type="checkbox"/> Classificação de Grãos

8. Em qual empresa fez a prática profissional do programa de aprendizagem?

<input type="checkbox"/> Usina de Açúcar Santa Terezinha
<input type="checkbox"/> Granja Real Ltda
<input type="checkbox"/> Avícola Pato Branco Ltda
<input type="checkbox"/> Geneslab Classificação Vegetal Ltda
<input type="checkbox"/> Usina Alto Alegre S/A
<input type="checkbox"/> Globo Aves Ltda
<input type="checkbox"/> Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva
<input type="checkbox"/> RJU Comércio e Beneficiamento de Frutas e Verduras Ltda
<input type="checkbox"/> Agropecuária IPÊ

9. Qual seu vínculo com o meio rural?

<input type="checkbox"/> Filho de produtor rural
<input type="checkbox"/> Neto de produtor rural
<input type="checkbox"/> Filho de trabalhador rural
<input type="checkbox"/> Sem vínculo com o meio

10. Se sua resposta foi "Sem vínculo com o meio rural" - qual a profissão em que os pais trabalham?

11. Escolaridade:

- Parou de Estudar
- Ensino Médio
- Ensino Técnico
- Ensino Superior
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado

12. Ainda quanto à escolaridade, gostaríamos de saber se fez o ensino superior, especialização ou mestrado, em que área e em qual instituição? Descreva abaixo por gentileza:

13. Por que ingressou ao programa de Aprendizagem?

- os pais mandaram
- profissionalização
- buscar novas aprendizagens
- preencher meu tempo
- interesse próprio
- outro colega disse que era bom
- não sei porque
- para ganhar um salário
- outro motivo: _____

14. Se sua resposta foi "Outro motivo" - descreva nessa linha abaixo:

INDIQUE O QUE SE PEDE:

15. O Quanto o Programa de Aprendizagem contribuiu em relação as suas habilidades pessoais:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Falar em público					

Comunicar-se melhor					
Trabalhar em equipe					
Liderar equipes					
Relacionamentos interpessoais					
16. A partir dos conteúdos e temas abordados nos encontros do AAJ, contribuiu para sua visão sobre:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Importância da capacitação educacional					
Escolha de uma profissão					
Assuntos relacionados a área agropecuária					
Fatos que acontecem no mundo					
Sustentabilidade rural					
17. No que diz respeito a ocupação do curso AAJ, pode-se dizer que contribuiu de alguma maneira:	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Na continuação na profissão da ocupação					
A interessar-se pelo trabalho na área rural					
Na escolha de um curso superior na área da profissão da ocupação					

18. Com relação ao desenvolvimento da cidadania, você acredita que o curso contribuiu?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
No conhecimento dos direitos e deveres dos jovens					
A pensar mais nas outras pessoas					
A conviver em sociedade					
A valorizar os recursos ambientais disponíveis					
19. Das aulas ministradas no Programa qual você considera as que mais contribuiu para o seu aprendizado?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Atividades lúdicas e dinâmicas					
Trabalho em grupo					
Aulas demonstrativas fora da sala de aula					
Gincanas					
Assuntos abordados em sala de aula					

Pesquisas e trabalhos para apresentação em sala de aula					
Projetos de ação cidadã					
Projeto jovem em ação					
Projeto educação ambiental					
Projeto gincana educacional					
Projeto trabalho de conclusão de aprendizagem					
Visita interna nos setores da empresa					
Visita técnica externa					
20. Você considera que o Programa AAJ contribuiu para mudanças na sua vida pessoal ou profissional?	Nada contribuiu	Pouco contribuiu	Indiferente	Contribuiu	Muito contribuiu
Alterou meu comportamento em casa					
Alterou minha concepção de mercado de trabalho					
Consegui ser contratado pela empresa					
Consegui um novo emprego					
Agregou na rotina profissional nova postura					
Incentivou a buscar por mais conhecimento na área de formação					
Incentivou os estudos – área técnica ou graduação					

21. Relacione as linhas com as colunas, assinalando se marcou ou não, cada item do Programa AAJ.

	MARCOU	NÃO MARCOU	NÃO ME LEMBRO
Atividades dinâmicas			
Socialização com colegas			
Aulas demonstrativas fora de sala de aula			
Visitas técnicas (viagens)			
Projetos			
Assuntos abordados em sala de aula			
Pesquisas e trabalhos para apresentação em sala de aula			
Vínculos com o instrutor			
Ambiente em sala de aula			
Vínculos criados com colegas de sala			

22. Você está exercendo atividade profissional que se tratava o curso de aprendizagem? Se não qual a razão?

--

**23- Você está exercendo atividade profissional que se tratava o curso de aprendizagem?
se SIM, qual o setor/área que se encontra hoje?**

24. Você Trabalha atualmente?

- SIM, com carteira assinada
- SIM, sem carteira assinada
- NÃO, apenas estudante
- NÃO, sem emprego
- NÃO, autônomo

25. O principal motivo pelo qual você não exerce atividade que se tratava o curso de aprendizagem é:

- Estou exercendo atividade profissional em outro setor da empresa
- O setor de formação está saturado
- Melhor oportunidade em outra área dentro da empresa
- Demonstrei habilidades em outros setores
- Não me identifiquei com a profissão do curso

26. Você se considera preparado para o mercado de trabalho após a conclusão do curso de Aprendizagem de que forma?

- Muito
- Razoavelmente
- Pouco (justifique)
- Nada (justifique)

27. Se você considera "Pouco" ou "Nada" preparado para o mercado de trabalho após conclusão do curso, escreva abaixo o motivo:

28. Escreva no que o Programa AAJ fez a diferença para você: